

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**PARENTES E ALIADOS: O COMPADRIO ENTRE OS ESCRAVOS DA
FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO DAS PEDRAS
BRANCAS (1842-1872)**

Michel da Silva Barbosa

PORTO ALEGRE

2012

AGRADECIMENTOS

Jamais conseguiria realizar o presente trabalho sem a ajuda e o apoio de muitas pessoas. Gostaria de agradecer, primeiramente, a meus amados pais, Daltro e Marinha, que tentaram, durante toda minha vida, me ensinar a importância da educação e do conhecimento. Meu pai, com seu gosto pela História e sua defesa ferrenha da igualdade entre os homens, mostrou-me o quanto é preciso sonhar e lutar por um mundo mais justo e belo. Minha mãe, mesmo morando longe, sempre esteve ao meu lado, ajudando-me a enfrentar todos os obstáculos e enchendo-me de amor e palavras de incentivo.

A meus irmãos Vladimir e Valério, a minha irmã Ana, às minhas cunhadas Luciana e Adriana, ao meu cunhado Daltro e à minha madrastra Kátia, que também sempre me incentivaram e ajudaram a levar adiante os estudos e a tentar concluir a faculdade. Da mesma forma, a todos amigos e parentes que me apoiaram ao longo desta jornada.

Ao professor Fábio Kuhn, por ter me aceitado como orientando seu, mesmo diante de minha postura vacilante nos primeiros contatos, a ponto de ele achar que eu havia desistido do desafio. Seu apoio e motivação foram fundamentais para que eu conseguisse alcançar os objetivos a que me propus.

À minha namorada Morgana, que em nenhum momento deixou que eu desistisse de meus sonhos. Quanto tempo deixamos de estar juntos para que eu pudesse me dedicar aos estudos, mesmo que estivesse sempre presente em meu coração e pensamentos. Sem sua compreensão e amor incondicional eu nunca teria encontrado forças para chegar até aqui.

Por fim, a todos colegas, professores e funcionários da faculdade com os quais tive o prazer de conviver durante estes longos anos cursando o ensino superior. Também aos colegas de trabalho, que sabem, tanto quanto eu, como é dura a vida de um trabalhador, ainda mais quando tem de ser dividida com outras tarefas, como o estudo e a família.

Obrigado a todos!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO: RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA.....	6
1.1 A “DESCOBERTA” DA FAMÍLIA ESCRAVA.....	6
1.2 COMPADRIO: ALIANÇA E SOLIDARIEDADE.....	11
2. PEDRAS BRANCAS: POVOAMENTO E EXPLORAÇÃO.....	13
3. O BATISMO DE ESCRAVOS EM PEDRAS BRANCAS.....	23
3.1 OS DADOS.....	24
3.2 ESTRUTURA DE POSSE.....	25
3.3 (I)LEGITIMIDADE.....	27
3.4 PADRÕES DE COMPADRIO.....	29
3.5 RESIDÊNCIA DOS PADRINHOS.....	36
3.6 BATISMO DE ADULTOS.....	37
3.7 SENHORES E PARENTES PADRINHOS.....	39
3.8 IDADE DOS INOCENTES.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar as relações estabelecidas através do batismo pelos escravos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, entre os anos de 1842 e 1872¹.

Tabela 1 – Quantidade de registros de batismo, por ano – Pedras Brancas – 1842-1872

ANO	N								
1842	2	1849	8	1856	0	1863	28	1870	21
1843	15	1850	6	1857	0	1864	30	1871	44
1844	5	1851	0	1858	0	1865	22	1872	2
1845	6	1852	15	1859	0	1866	33		
1846	12	1853	0	1860	14	1867	26		
1847	3	1854	0	1861	0	1868	20		
1848	3	1855	0	1862	0	1869	27		

Fonte: AHCOMPA – Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

Por meio do compadrio, os cativos foram capazes de instrumentalizar uma instituição oriunda do “mundo branco”, aproveitando ao máximo as possibilidades abertas por ela.

Primeiramente, farei uma breve revisão da historiografia brasileira acerca do tema da família escrava. A partir de fins dos anos 70, novas abordagens e novos procedimentos metodológicos permitem aos historiadores brasileiros lançarem novo olhar sobre a organização familiar cativa. Desde então, os escravos não são mais percebidos anômicos e promíscuos, incapazes de valorizar a instituição da família como elemento fundamental de sua constituição enquanto sujeitos históricos.

No segundo capítulo, procederei a um resumo da história de Pedras Brancas, de seus primeiros povoadores, passando por sua elevação a freguesia, até sua inserção definitiva na economia rio-grandense. Será dado destaque aos aspectos relacionados

¹ Como forma de classificar os indivíduos quanto à condição jurídica e, assim, facilitar a apuração dos dados, adotei a seguinte metodologia: considerei como sendo escravos aqueles que identificados apenas pelo prenome, além, logicamente, daqueles textualmente declarados escravos; considerei como livres todos os indivíduos que apresentavam nomes completos (prenomes e sobrenomes); por fim, considerei como sendo libertos/forros todos os identificados como tais.

diretamente à utilização da mão-de-obra escrava, como a produção de charque, que, embora substancialmente inferior àquela dos grandes centros charqueadores, contribuiu para o incremento do uso de cativos como força de trabalho fundamental.

No terceiro e último capítulo, serão abordados alguns elementos de análise – divididos em subcapítulos - surgidos do estudo dos registros de batismos de escravos da freguesia, no período em questão.

Por fim, será feito um balanço dos principais temas abordados no trabalho, no que diz respeito ao compadrio entre escravos, livres e libertos na freguesia de Pedras Brancas, de 1842 a 1872. Além disso, serão externados outros elementos que, devido à natureza e às limitações do presente estudo, não puderam ser tratados ou aprofundados.

1. FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO: RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA

1.1 A “DESCOBERTA” DA FAMÍLIA ESCRAVA

Hoje em dia, a família escrava, enquanto instituição duradoura e valorizada pelos cativos, não é mais uma novidade nos debates historiográficos acerca do tema. “Atualmente, a existência da família escrava já não é mais uma hipótese a ser comprovada, e sim uma realidade a ser mais bem estudada e conhecida.”² Por isso, creio ser desnecessário retomar essa discussão de forma mais aprofundada, e sim destacar seus aspectos mais importantes e aplicáveis ao presente trabalho, bem como destacar algumas obras referenciais sobre o tema.

Praticamente todos os estudiosos que se debruçaram sobre o tema da escravidão, a partir da década de 1930 até meados da década de 70, ao mesmo tempo em que se opuseram frontalmente às explicações preconceituosas das “teorias” raciais³ que vigoravam até aquele momento, apresentavam o negro escravo como um ser promíscuo e devasso. Conforme essas interpretações, a família escrava teria sido impedia de florescer, devido às condições impostas pelo cativo, quais sejam, o excesso de homens sobre mulheres, a separação das eventuais famílias pelo tráfico interno e a violência inerente ao domínio senhorial. Todavia, “se eles tiram do negro o fardo da raça, substituem-no por um fardo sociológico bastante pesado”.⁴ Isso significa que, embora atribuam as deformações comportamentais dos escravos ao jugo da escravidão, não as negam, não livram os cativos e seus descendentes do estigma de “promíscuos” e “licenciosos”.

A partir do final da década de 70, assiste-se a uma reviravolta na historiografia brasileira sobre a escravidão, resgatando os escravos de sua

² Rocha, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.16.

³ Pode-se dizer que os maiores representantes desta linha de interpretação foram Raymundo Nina Rodrigues e Conde de Gobineau.

⁴ Slenes, Robert. *Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 8. No. 16, p. 191.

“anomia social” e creditando a eles o papel de sujeitos históricos ativos na formação da cultura e sociedade brasileiras.

“O esforço era necessário, já que não era mais sustentável o argumento, comum na bibliografia clássica sobre a escravidão no Brasil e especialmente no Oeste Paulista, de que as condições de trabalho forçado e as decisões maquiavélicas dos senhores haviam destruído as famílias dos cativos, deixando-os na ‘anomia’, isto é, sem normas e nexos sociais, e portanto sem condições para se mobilizarem de forma ‘polticamente’ consequente contra seus opressores.”⁵

Ou, ainda:

“O simples exame da participação dos cativos na população total do país, altíssima até os inícios do século passado (...), nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravos pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do ‘temor da violência’, não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política.”⁶

Influenciados em grande medida pela historiografia norte-americana, sobretudo pelos trabalhos de Eugene Genovese e Herbert Gutman, e através da utilização de novas fontes de pesquisa (em especial as de cunho demográfico), a historiografia brasileira se viu forçada a rever seu viés analítico e metodológico. Genovese e Gutman constataram em seus trabalhos que a família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo os compadres) era uma instituição forte e valorizada pelos escravos; que as uniões entre os escravos eram marcadas pela estabilidade; que os pais, e não somente as mães, tendiam a representar um papel importante na formação de seus filhos; e que a família escrava tinha seu próprio conjunto de normas e valores, independente dos senhores. Todavia, os autores não atenuavam a violência e as agruras do cativo, apenas rejeitavam a idéia recorrente até então de que as heranças culturais dos escravos haviam sido espoliadas pelos senhores.⁷

⁵ Slenes, Robert. *Na Senzala, Uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 18.

⁶ Silva, Eduardo; Reis, João José. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. SP: Companhia das Letras, 1989, p. 14.

⁷ Slenes, Robert. *Op.cit.*, p. 47.

Assim, no Brasil, diversos estudos, para várias regiões do país, passaram a abordar a família escrava com esse novo olhar e novas técnicas de pesquisa, procurando comprovar que “no relacionamento senhor-escravo havia espaço para manobras”.⁸

Na esteira desta “revolução” da historiografia brasileira sobre a escravidão, o trabalho de Manolo Florentino & Roberto Góes merece um lugar de destaque. Em *A Paz nas Senzalas*, lançado em 1997, Florentino e Góes confirmaram a importância conferida pelos escravos à formação de famílias e de relações de parentesco. Conforme os autores, eram os próprios cativos que procuravam inserir-se em redes familiares, na busca de uma convivência mais harmoniosa com seus pares.

Todavia, em *A Paz nas Senzalas*, a família escrava, almejada e conquistada por eles, aparece como um elemento estrutural do sociedade escravista. A chegada constante e maciça de novos cativos vindos da África tensionava as relações dentro do cativeiro, potencializando os conflitos e ameaçando a ordem do sistema. Dessa forma, surgia a necessidade de criar mecanismos que apaziguassem o ambiente e fornecessem a crioulos e africanos valores e instituições que desviassem a atenção dos escravos do companheiro de cativeiro, visto muitas vezes como inimigo. Sendo assim, para os autores, a constituição da família escrava, e tudo que implicava, fazia parte da estratégia senhorial de anular o estado de guerra permanente dentro de suas escravarias, evitando, assim, rebeliões e fugas. “Pacificando, organizando a vida no cativeiro, a família amainava os enfrentamentos entre os cativos”.⁹ Além do mais, com a pacificação da senzala, os senhores obteriam um maior rendimento do trabalho gerado pelos braços escravos.

Portanto, se

“pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança”¹⁰, “(...) o mercado produzia e produzia mais uma vez o estrangeiro. O ser parente, portanto, era dos mais importantes movimentos na partitura da escravidão. Criava o escravo,

⁸ Schwartz, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 318.

⁹ Florentino, Manolo; Góes, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escrava e Tráfico Atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 175.

¹⁰ Idem, p. 173.

pode-se dizê-lo. (...) O cativo era estruturalmente dependente do parentesco cativo.”¹¹

Outro estudo, publicado dois anos depois de *A Paz nas Senzalas*, que corroboraria muitas de suas idéias, mas que veria a questão da autonomia escrava em outros termos, foi o de Robert Slenes, *Na Senzala, uma Flor*. Considerado um estudo clássico sobre a família escrava, utiliza a cidade de Campinas no século XIX como um caso paradigmático das relações familiares dos cativos e da dinâmica social das regiões de *plantation* do Sudeste brasileiro.

Mediante profundo trabalho de pesquisa, Slenes comprova, dentre outras coisas, que as uniões conjugais de longa duração (10 anos ou mais) eram bastante comuns entre os escravos, sobretudo nos grandes plantéis (com 10 ou mais cativos e que reuniam a maioria dos escravos da região). Da mesma forma, prova que era comum os filhos de escravos conhecerem os pais e, mais do que isso, poderem tê-los presentes em seus anos formativos, contribuindo para sua criação e educação. O autor, baseado nos registros de matrículas de escravos de 1872-73 da cidade aponta que 67% das mulheres com mais de 15 anos de idade eram casadas ou viúvas. Além disso, 87% das mães eram casadas ou viúvas, e 82% das crianças menores de 10 anos viviam com ambos os pais ou com mãe ou pai viúvo.

Ora, tais dados seriam surpreendentes sob a ótica da historiografia clássica da escravidão. Em resumo, Slenes prova que “a união sexual estável constituía a norma cultural no grupo cativo”.¹²

Slenes ressalta que sua pesquisa aborda localidades de São Paulo, onde as taxas de legitimidade entre os casais escravos eram bem mais altas do que as de outras províncias. Contudo, o autor afirma que tal fato decorre de um maior grau de acesso dos cativos paulistas a tal sacramento religioso. Ele também faz referência ao caso dos plantéis menores (de 1 a 9 escravos), onde as proporções de adultos alguma vez casados eram relativamente baixas, devido à pouca oferta de cônjuges dentro da escravaria (some-se a isso a proibição de casamentos intercativos, ou “abroad marriages”, aplicada também aos grandes plantéis). Além disso, o brasileiro afirma que em propriedades “maduras, com um tempo maior de funcionamento a estabilidade familiar

¹¹ Ibidem, p. 163.

¹² Slenes, Robert. Op. cit., 1988, p. 194.

era tamanha, que eram encontradas muitas famílias extensas, com a presença de três gerações convivendo juntas.”¹³

A preocupação de Slenes em diferenciar as conclusões obtidas na análise dos grandes/médios plantéis e dos pequenos torna-se fundamental para o presente trabalho. Como será mostrado no capítulo 2, a freguesia de Pedras Brancas encontrava-se afastada dos grandes centros agro-exportadores, onde a mão-de-obra escrava era a força de trabalho predominante. Além disso, Pedras Brancas encontrava-se à margem do circuito internacional do tráfico negreiro, centrado sobretudo na região Sudeste e, em menor grau, nos maiores centros charqueadores do Rio Grande do Sul.¹⁴

Por isso, apesar de lançar mão de obras consideradas clássicas e indispensáveis para o estudo da família escrava e do compadrio¹⁵, dialogarei principalmente com trabalhos que abordam regiões com características e trajetórias demográficas e econômicas semelhantes às de Pedras Brancas (predomínio de pequenas escravarias e economia voltada para o abastecimento interno), procurando coincidências e discrepâncias, tentando colocar em segundo plano as macro-explicações e os diagnósticos mais amplos.

Se acrescentarmos a essas obras já consagradas a grande quantidade de artigos, monografias e dissertações a respeito do tema, teremos um rol imenso de estudos comprometidos em desfazer as concepções da historiografia clássica da escravidão, que não percebera a importância da família para os escravos como elemento estratégico de resistência ao cativo. Muitas dessas publicações serão citadas no presente trabalho, onde servirão como referência e permitirão comparações. Além disso, como bem aponta João Fragoso: “Os registros paroquiais, enquanto fonte para a pesquisa histórica, permitem também o uso rigoroso do método comparativo entre regiões portadoras das mesmas estruturas sociais.”¹⁶

¹³ Faria, Sheila de Castro; Slenes, Robert. *Família Escrava e Trabalho*, p. 2. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-4.pdf.

¹⁴ Florentino, Manolo; Góes, José Roberto. *Comércio Nегreiro e Estratégias de Socialização Parental entre os Escravos do Agro-Fluminense., 1790-1830*. Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais. Caxambú: 2004.

¹⁵ Diversos outros estudos destacam-se no estudo da instituição da família escrava, à luz das novas concepções acerca do tema. Dentre eles, pode-se elencar as contribuições de Stuart Schwartz (1988), Sheila de Castro Faria (1998), José Flávio Motta (1999), Hebe Maria Mattos (1999), Carlos Engemann (2008) e muitos outros.

¹⁶ Fragoso, João Luis. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma Contribuição Metodológica Para a História Colonial. Rio de Janeiro: Revista Topoi, vol. 11, n. 21, jul-dez 2012, p. 95.

1.2 COMPADRIO: ALIANÇA E SOLIDARIEDADE

Encarando como verdadeira a afirmação de que os “escravos tinham sede de solidariedade”¹⁷, pode-se compreender a relevância adquirida pelo compadrio – gerado a partir do ato do batismo – como estratégia de sobrevivência e de sociabilidade ente os cativos. Nas palavras de Silvia Brugger, “o batismo constitui-se no principal sacramento da religião católica, na medida em que marca o ingresso do indivíduo na comunidade cristã e a remissão do pecado original.”¹⁸

Além disso, o batismo foi o sacramento católico mais acessado pelos escravos brasileiros, sabedores das possibilidades que abria para uma vida mais suportável sob o jugo da escravidão. Desde finais da década de 1980, proliferaram as pesquisas que, apesar da impossibilidade de estabelecer conclusões definitivas sobre o tema, revelaram que as relações sociais dos escravos extrapolavam os laços consanguíneos, abarcando uma quantidade substancialmente maior de atores sociais, mediante os vínculos firmados ou consolidados na pia batismal.

O significado do compadrio para os cativos ultrapassava a dimensão meramente religiosa (a entrada do batizando no seio da irmandade cristã), adquirindo inúmeras funções sociais, que iam desde a sedimentação de alianças e amizades até a perseguição da liberdade e de ascensão social.

Além do mais, o parentesco ritual - isto é, o compadrio e o casamento - é capaz de revelar as expectativas das classes subalternas em relação à instituição da família, na medida em que permite a escolha daqueles que passariam a fazer parte ativamente da paisagem social dos batizados e suas famílias. Obviamente, o mesmo não ocorria com o parentesco consanguíneo, já que era impossível aos escravos escolher seus pais, filhos, irmãos ou mesmo os senhores com os quais seriam obrigados a conviver.¹⁹

Em estudo pioneiro, Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, analisando o batismo de escravos em quatro freguesias do Recôncavo Baiano, entre os séculos XVIII e início

¹⁷ Mattoso, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 123.

¹⁸ Brugger, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 283.

¹⁹ Rocha, Cristiany Miranda. Op. cit., p. 121.

do XIX, mostraram a estreita relação entre os significados do compadrio e o contexto social em que era produzido, ou seja, o modo de produção escravista.²⁰

A principal constatação dos autores diz respeito à incompatibilidade entre escravidão e batismo, já que ambas instituições eram, ideologicamente ao menos, contraditórias. Enquanto o batismo implicava em uma relação espiritual, um compromisso de respeito e solidariedade entre os envolvidos, a escravidão representava um vínculo de dominação e subserviência, no qual ao cativo cabia a condição de propriedade do senhor. Sendo assim, o dualismo batismo-escravidão marcou profundamente a sociedade colonial e imperial, e o encontro dos dois idiomas, na pia batismal, só poderia gerar desconforto e desconfiança. Ou seja, Gudeman e Schwartz averiguaram que nenhum proprietário aparecia apadrinhando escravos de seu plantel, “porque se assim o fizessem, sugeririam inclinação a revogar algo de seu próprio poder.”²¹

Conforme os autores, a solução para tornar o batismo socialmente aceitável sem ter de abolir a escravidão, foi separar as duas instituições. Estudos posteriores comprovariam a generalidade de tal prática, pois, em todas as regiões e épocas do Brasil escravista, pouquíssimos foram os senhores que apadrinharam seus próprios cativos.²²

Portanto, Gudeman e Schwartz rechaçam as interpretações que viam o compadrio como um meio de reforço do paternalismo senhorial. Porém, não descartam a possibilidade de ter havido o que eles denominaram “paternalismo indireto”, através do apadrinhamento de escravos por parte de membros da parentela dos proprietários.²³

Dessa forma, “Purgando o Pecado Original” pode ter sido o ponto de partida para uma série de estudos que passaram a focalizar o compadrio como lócus de pesquisa fundamental para a compreensão do funcionamento da sociedade escravocrata brasileira, dos quais um número considerável será mencionado e terá seus dados e conclusões comparados àqueles referentes à freguesia de Pedras Brancas, entre os anos de 1842 e 1872.

²⁰ Gudeman, Stephen; Schwartz, Stuart. *Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia no Século XVIII*, In: Reis, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. SP: Brasiliense, 1988, p. 33-59.

²¹ Idem, p. 43.

²² Machado, Cacilda. *A Trama das Vontades: Negros, Pardos e Brancos na Produção da Hierarquia Social do Brasil Escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 175.

²³ Gudeman, Stephen; Schwartz, Stuart. Op. cit., 1988, p. 44.

2. PEDRAS BRANCAS: POVOAMENTO E EXPLORAÇÃO

A região onde se formou a antiga Freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas (atual cidade de Guaíba), até meados do século XVIII, fazia parte de uma vasta região denominada Província do Rio Grande de São Pedro, sem limites ainda bem definidos e constantemente disputada pelas Coroas Ibéricas (Portugal e Espanha). O território onde surgiria o estado do Rio Grande do Sul permaneceu praticamente inexplorado por cerca de dois séculos, integrando-se tardiamente aos domínios portugueses na América do Sul, devido à apropriação econômica e militar da região. Com a chegada dos primeiros colonizadores, a partir dos Campos de Viamão²⁴, avança a ocupação interiorana e multiplicam-se, em poucas décadas, as estâncias de criação de gado, em decorrência da abundância de rebanhos soltos na região.

Segundo Fernando Worm, embora não haja documentação que comprove o ano de chegada dos primeiros habitantes brancos em Pedras Brancas, existe grande probabilidade de que esses tenham sido membros do grupo inicial de Jerônimo de Ornellas, que se fixou em 1732 na atual cidade de Porto Alegre, e que estariam interessados na exploração da área.²⁵

A partir da década de 1760, inicia-se a ocupação oficial da região localizada no lado direito do lago Guaíba, com a doação das onze primeiras sesmarias²⁶ (terras concedidas pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de colonizar determinada região, geralmente com 3 léguas de comprimento por 1 de largura) a colonizadores portugueses. A exploração das sesmarias ocorria preferencialmente nas áreas de terras

²⁴ “Os *Campos de Viamão* abrangiam uma imensa área no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais *campos* correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploravam o Rio Grande a partir do “Caminho da Praia”, os *campos* eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro.” In: Kuhn, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 49.

²⁵ Worm, Fernando. *Guaíba, Terra e Povo*. Pág. 9. Este livro, além de conter uma visão acrítica da História e carecer de uma ampla divulgação de fontes, insere-se em uma tradição historiográfica que pretendeu construir uma imagem idealizada da formação histórica do Rio Grande do Sul. Todavia, é a única obra de que tenho conhecimento dedicada exclusivamente à história de Guaíba

²⁶ “É necessário ressaltar a intenção da Coroa na doação de sesmarias: ocupar o território, não só com produções passíveis de serem taxadas como para a demarcação de fronteiras. Nesse intuito, a distribuição de terras visava muito mais a efetiva ocupação do que o título legal da sua posse. Dessa forma, foram inúmeros os que se apossaram de áreas pela ocupação, no dizer da época, ‘mansa e pacífica’, referendadas depois com a concessão da sesmaria.” In Vainfas, Ronaldo et alli. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Verbetes *sesmarias*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 530.

planas e de vegetação menos densa, o que facilitava a apreensão e transporte dos animais, naquela que era a principal atividade da época, a pecuária. Assim sendo, a ocupação do território da antiga freguesia de Pedras Brancas fornecia as melhores condições possíveis de acesso e de menores distâncias, em relação ao comércio com as cidades prósperas do outro lado do lago Guaíba, sobretudo Porto Alegre.

Dentre os onze sesmeiros²⁷ que receberam glebas de terra na região onde surgiria a freguesia de Pedras Brancas, destaca-se Antônio Ferreira Leitão. Nascido na vila de Peniche, em Portugal, por volta de 1730, ganhava a vida como marinheiro na frota que fazia a rota Lisboa-Rio de Janeiro. Em uma dessas viagens, acabou permanecendo na futura capital do Império, de onde viajava com frequência para Rio Grande e Viamão, acabando por estabelecer-se em Triunfo. Em 1760 casa-se com Maria Meirelles de Menezes, neta de Jerônimo de Ornellas, garantindo, através da prática dotal, a prosperidade de seus futuros negócios. Segundo Kuhn, Antônio Ferreira Leitão, como muitos outros comerciantes da época, preferiu tornar-se estancieiro, que lhe conferia um status social mais elevado que o de comerciante.²⁸ Conforme o mesmo autor, na Relação de Moradores de 1784, Leitão aparecia como fazendeiro, dono de mais de sete mil animais, além de grande criador de mulas. Em seu inventário, datado de 1810, a totalidade de seus bens contabiliza mais de quarenta e três contos de réis, além de 50 escravos, “um perfil sem dúvida representativo do topo da escala social, a ser considerado membro da elite em qualquer lugar do Brasil Colonial.”²⁹

Em 1762, Antônio Ferreira Leitão comprou de Jacinto Roque Pereira Guimarães um pouso e estância de criar, local que daria origem à freguesia de Pedras Brancas. Não sabe-se em que ano Leitão requereu a sesmaria, apenas que a mesma foi concedida somente em 1793, pelo Conde de Resende, vice-rei do Brasil. “A Fazenda ‘Pedras Brancas’ abrangia os morros da cidade de Guaíba e daí para o sul com as terras de Vicente Ferreira Leitão. Ao ano do recenseamento seus campos eram povoados por milhares de reses, animais cavalares, burros e ovelhas. (...) Possuía este sesmeiro uma

²⁷ Segundo Fernando Worm, baseado no “Recenseamento Geral de 1784”, transcrito do “Primeiro Livro de Sesmarias do Distrito de Triunfo” (1784), teriam sido estes os onze sesmeiros que receberam terras à margem direita do lago Guaíba: Antônio Ferreira Leitão, Antônio Alves Guimarães, Matias José de Almeida, José de Borba Machado, José Francisco da Silveira Casado, Manuel Ribeiro da Cunha, Manuel Bento da Rocha, Domingos Ribeiro da Cunha e irmãos, João Francisco de Almeida, José Fernandes Petim e Vitorino José Centeno. In: Worm, Fernando. Op. cit., p. 10-14.

²⁸ Kuhn, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII*. Tese de Doutorado. Niterói: PPG – História/UFF, Tese de Doutorado, 2006, p. 223.

²⁹ Idem, p. 224.

segunda gleba de terras com 3 léguas de comprimento por duas de largura próxima à cidade de Rio Grande e ainda uma terceira gleba localizada na Serra do Erval entre duas vertentes que desaguavam no Arroio dos Ratos, próxima a Triunfo, ambas ricamente povoadas de gado, o que comprova a projeção e influência deste sesmeiro junto aos governantes do Brasil-colônia”³⁰

Todas as sesmarias referidas acima foram concedidas a partir da década de 1780, momento de ampliação do número de concessões da Coroa, favorecido pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) e pela consequente suspensão temporária das contendas com os espanhóis. “Tratava-se, na ocasião, de regularizar as posses, mediante oficialização das petições de terras. Tal prática surgiu depois do novo tratado de limites de 1777 e deve ser entendida como um revigoramento da política de povoamento numa área não mais contestada. A maioria dos beneficiários do Edital de 1780 eram militares que lutaram na guerra de 1763 a 1776”.³¹ De acordo com Osório, as facilidades na obtenção de sesmarias através do Edital de 1780, somadas ao fato de serem os comandantes militares de cada região que forneciam as informações às autoridades coloniais para que oficializassem a doação das terras, facilitaram a apropriação por parte dos militares de mais alta patente e por negociantes.³² De certa forma, tais informações são corroboradas por Worm: “Sabemos que nossos primeiros colonizadores foram todos portugueses açorianos dotados de experiência militar dadas as contingências de afirmação do domínio lusitano numa região também reivindicada pelos espanhóis”.³³ Ainda conforme o mesmo autor, os primeiros moradores de Pedras Brancas não teriam encontrado dificuldades de adaptação ao clima e ao solo da região, na medida em que se assemelhavam aos existentes em Portugal.

Inicialmente, quando da divisão administrativa do Continente de Rio Grande de São Pedro, conforme resolução de 27 de abril 1809, existiam apenas 4 municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.³⁴ Nesta época, Pedras Brancas pertencia ao município de Porto Alegre, que se estendia até o limite sul do rio Camaquã. Em 25 de outubro de 1831, criou-se o município de Bom Jesus do

³⁰ Worm, Fernando. Op. cit., p.10-11.

³¹ Kuhn, Fábio. Op. cit., 2004, p. 57.

³² Osório, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPG-UFRGS, 1990, p. 147.

³³ Worm, Fernando. Op. cit., p. 14. Aqui, há uma incorreção na afirmação de Worm, na medida em que nem todos os colonizadores da freguesia de Pedras Brancas eram açorianos, como é o caso do próprio Antônio Ferreira Leitão, natural de Peniche, cidade litorânea de Portugal.

³⁴ Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1950*. Porto Alegre, 1981, p..33.

Triunfo, ao qual Pedras Brancas foi integrado, como 6º. Distrito, abrangendo as terras que iam desde as cabeceiras do Arroio dos Ratos e Petim até o Arroio dos Cachorros, que deságua no Arroio dos Ratos.³⁵

Saint-Hillaire, que esteve no Rio Grande do Sul no ano de 1822, dedica poucos comentários sobre Bom Jesus do Triunfo, à época conhecida como Freguesia Nova: “Em seguida defrontamos uma aldeia, situada à margem direita do rio e que tem o nome de *Freguesia Nova*. Um pouco abaixo dessa aldeia existem várias charqueadas”.³⁶ O arguto naturalista francês escreve apenas mais algumas linhas sobre a região, destacando, novamente, a existência de mais charqueadas, além do riacho chamado Arroio dos Ratos e de algumas ilhas pertencentes à freguesia, como a Ilha Rosa, Ilha do Boticário e a famosa Ilha da Fanfa, palco de uma das batalhas mais conhecidas da Revolução Farroupilha. Certamente, o pesquisador francês não tinha a real dimensão do tamanho e da importância de Triunfo para o Rio Grande do Sul. Analisando o Mapa 1, podemos perceber o quão vasta era a área compreendida por Triunfo no século XVIII. Ao presente trabalho, a relevância da freguesia de Triunfo reside no fato de que Pedras Brancas viria a herdar as características econômicas e fundiárias da primeira.

Pedras Brancas permaneceria na condição de distrito de Triunfo até a data de 17 de fevereiro de 1857, quando, através da lei n.º. 358³⁷, o presidente da Província Jerônimo Coelho, criou a “Freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas”. Arlindo Rubert, em *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, nos apresenta a seguinte versão sobre o mesmo fato, porém sob a ótica eclesiástica: “A 17 de fevereiro

³⁵ Worm, Fernando. Op. cit., p. 33.

³⁶ Saint-Hillaire, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999, p. 197.

³⁷ “O conselheiro Jerônimo Coelho, presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc. etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Art. 1º. Fica elevada a Freguesia a Capella Curada de S. Francisco de Assis, do Município de São Borja, tendo por limites os que provisoriamente forem marcados pelo governo da Província. Art. 2º. Igualmente são elevados a Freguesia os curatos das Cacimbinhas, no município de Piratiny, e o de São Paulo da Lagoa Vermelha, município de Vacaria, com as prerrogativas das mais da província e tendo por limites os que lhe forem marcados pela presidência de acordo com o Exmo. Bispo Diocesano. Art. 3º. Ficam também elevadas a Freguesias, a capella de São Miguel na Picada Dous Irmãos, município de São Leopoldo, e a do **Distrito das Pedras Brancas, município de Porto Alegre, com a invocação de Nossa Senhora do Livramento**, tendo a de São Miguel os limites que forem marcados pelo governo da Província de acordo com o poder espiritual, e a de **Nossa Senhora do Livramento os que têm como distrito, a qual terá os guisamentos correspondentes às de igual ordem**. Art. 4º. As igrejas de todas as freguesias, serão construídas pelos seus moradores. Art. 5º. São revogadas as disposições em contrário. Mandando portanto a todas autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. Palácio do Governo na leal e valerosa cidade de Porto Alegre, aos 17 de fevereiro de 1857, trigésimo sexto da Independência e do Império. Ass. Jerônimo Francisco Coelho.” [grifo meu]. In Worm, Fernando. Op. cit., p. 34-35.

de 1857 pela lei provincial n. 353 (sic), foi criada a paróquia de Na. Sa. do Livramento das Pedras Brancas. Foi confirmada canonicamente a 10 de janeiro de 1860 pelo Vigário Capitular Pe. Juliano de Faria Lobato. Como não havia ainda igreja, D. Isabel Pereira Jardim ofereceu seu Oratório com todos os paramentos para servir de matriz.”³⁸Certamente, o autor se refere a Isabel Ferreira Jardim, filha de Antônio Ferreira Leitão e esposa de José Gomes de Vasconcellos Jardim (casaram-se em 1800, no mesmo local onde seria erguida a paróquia). Isabel era devota de Nossa Senhora do Livramento, cujo nome foi adicionado ao da nascente freguesia. Ademais, o fato descrito acima mostra, mais uma vez, o alto grau de influência dos primeiros sesmeiros e seus descendentes junto a Igreja e à sociedade pedrense³⁹.

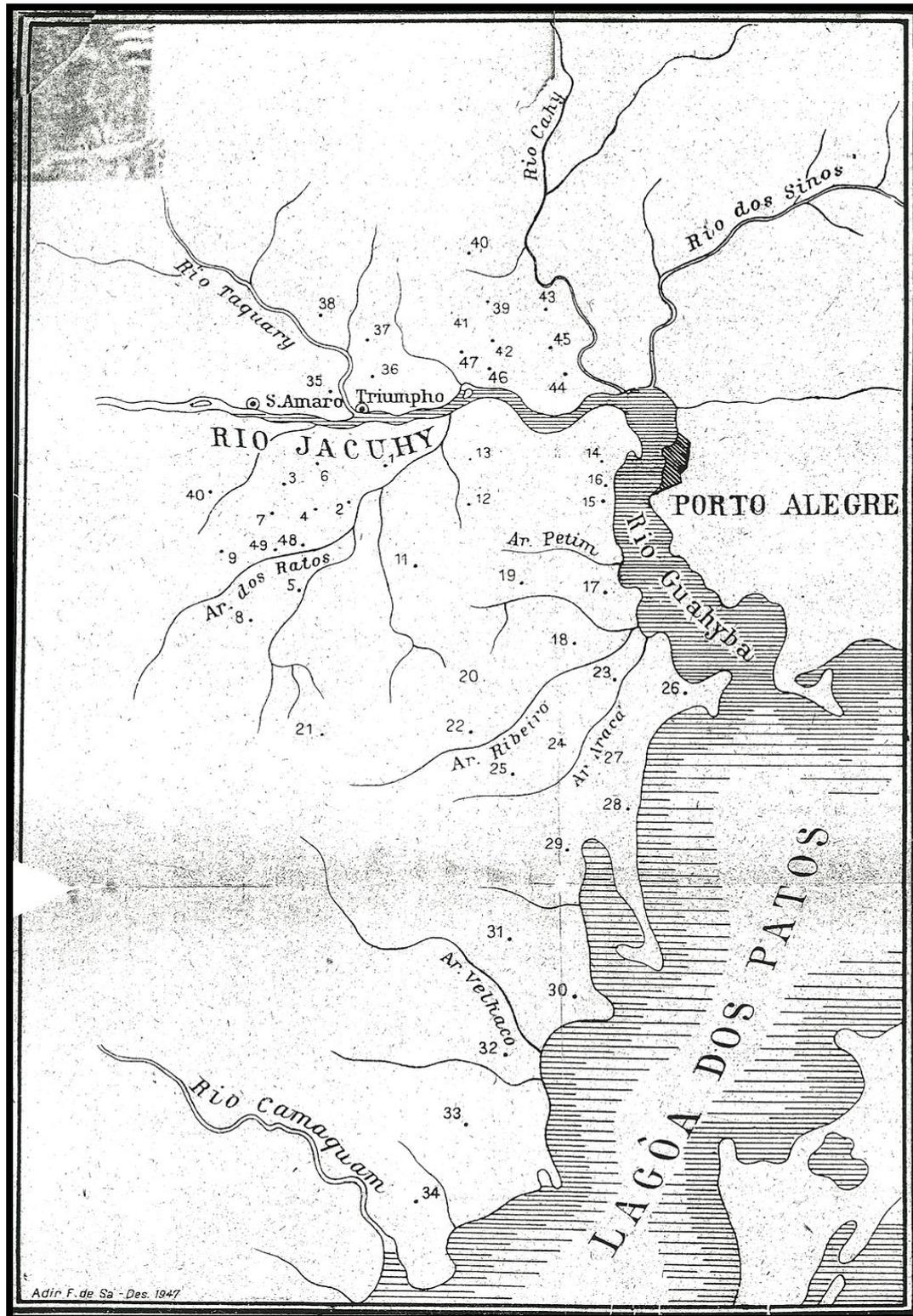
A análise do Mapa 1⁴⁰ permite-nos uma visualização aproximada da área compreendida pela nascente freguesia de Pedras Brancas. Como a referida lei de 17 de fevereiro de 1857 determinava a marcação dos limites da freguesia como “os que têm como districto”, podemos supor que a área de Pedras Brancas, no período de que trata este trabalho (1842-1872), abrangia desde as terras de José Francisco da Silveira Casado (nº. 13 no Mapa 2), passando pelas de João de Almeida (nº. 12), Manuel Bento da Rocha (nº. 14), Jacinto Roque Guimarães (nº. 16) e Antônio Ferreira Leitão (nº. 15), indo até as terras de José Fernandes Petim (nº. 17) e Matias José de Almeida (nº. 19). Portanto, quando cito a freguesia de Pedras Brancas, no presente trabalho, me refiro exclusivamente a este espaço geográfico.

³⁸ Rubert, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul, volume II*. Porto Alegre: EdiPucrs, 1998, p. 242-243.

³⁹ Para fins de esclarecimento: o termo *pedrense* refere-se à freguesia de Pedras Brancas.

⁴⁰ Legenda do Mapa 1: 1- Luiz Vicente Pacheco de Miranda; 2- Manuel de Paiva Garrido; 3- João de Oliveira Rosa; 4- Antônio Adolfo Charão; 5- Inácio Francisco de Melo; 6- Antônio José de Aviz; 7- Tomaz Francisco Garcia; 8- Tomé Cardoso; 9- Domingos de Lima Veiga; 10- Agostinho Gomes Jardim; 11- Vitoriano José Centeno; 12- João de Almeida; 13- José Francisco da Silveira Casado; 14- Manuel Bento da Rocha; 15- Antônio Ferreira Leitão; 16- Jacinto Roque Pereira Guimarães; 17- José Fernandes Petim; 18- Manuel Ribeiro da Cunha; 19- Matias José de Almeida; 20- João de Borba Machado; 21- João Fiuza Lima; 22- Domingos Ribeiro da Cunha; 23- Antônio Alves Guimarães; 24- Vitória Maria da Pureza; 25- Manuel Alves Guimarães; 26- João Gonçalves Salgado; 27- Francisco da Silva; 28- Matias Pereira da Silva; 29- Manuel José de Alencastro; 30- Francisco Xavier de Azambuja; 31- Matias José de Almeida; 32- Manuel Gonçalves Meireles; 33- Manuel Durães; 34- Antônio Lopes Duro; 35- Francisco Xavier de Azambuja; 36- Manuel Gonçalves Meireles; 37- Francisco da Silva; 38- João de Ornelas de Souza; 39- Tomas Garcia Mascarenhas; 40- Inácio Cesar Mascarenhas; 41- José da Silveira Ávila; 42- Bernardo Batista; 43- Manuel Alves de Carvalho; 44- Custódio de Oliveira Guimarães; 45- Antônio José Machado de Araujo; 46- Bartolomeu Gonçalves de Magalhães; 47- Antônio Francisco de Abreu; 48- Manuel Ribeiro Baião; 49- Francisco José de Oliveira Raposo.

Mapa 1: Freguesia de Bom Jesus do Triunfo, século XVIII



Fonte: Fabrício, José de Araújo. *A Freguesia de N.S. Bom Jesus do Triunfo* in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano XXVII, 1947.

À época da Revolução Farroupilha, a fazenda Pedras Brancas, pertencente a José Gomes de Vasconcellos Jardim, foi escolhida como ponto de encontro dos líderes rebeldes para as tratativas finais da invasão de Porto Alegre. De tal acontecimento surge a alcunha da cidade atual como “Berço da Revolução Farroupilha”.

Segundo Worm, já na condição de freguesia e passado o período revolucionário (1835-1845), Pedras Brancas passou a desfrutar de um rápido desenvolvimento econômico e demográfico, sustentado principalmente pela atividade agro-pastoril.⁴¹ A partir da segunda metade do século XIX, proliferaram rapidamente as charqueadas por toda a região, gerando uma disputa entre Pedras Brancas e Barra do Ribeiro pela obtenção de mercados para o escoamento da produção. Assim sendo, devido à proximidade de Porto Alegre e à sua condição geográfica – clima favorável, campos férteis, abundância de rebanhos e de mananciais de água doce -Pedras Brancas tornou-se um centro distribuidor de carne verde à capital e cidades vizinhas. A produção de charque da freguesia teria alcançado o Norte e Nordeste do Brasil, contribuindo para a integração da Província de São Pedro ao mercado interno brasileiro, como importante polo produtor de charque.

Em que pesem as diferenças de tamanho de plantéis de escravos e de capacidade produtiva entre as grandes unidades charqueadoras, como as de Pelotas, e aquelas encontradas ao longo do rio Jacuí e do lago Guaíba, dentre elas as de Pedras Brancas, é inegável que o trabalho do negro escravizado constituiu, em todas elas, fator fundamental no desenvolvimento desses empreendimentos saladeiris. As charqueadas estabelecidas na freguesia de Pedras Brancas enquadram-se naquelas típicas das margens do rio Jacuí-Taquari⁴², que compunham, juntamente com as de Pelotas e Jaguarão, os três principais núcleos charqueadores do Rio Grande do Sul no século XIX. Paulo Xavier escreve sobre o surgimento das charqueadas do Vale do Jacuí:

“Mas foi a partir de 1753, com a penetração dos demarcadores do Tratado de Madrid pelo Vale do Jacuí, logo seguidos de povoadores até Rio Pardo que começa uma nova área de charqueadas. Seu desenvolvimento e bons resultados garantiram o enriquecimento dos estancieiros e a grandeza material de um centro urbano como Rio Pardo, além de outros menores como S. Amaro e Triunfo”.⁴³

⁴¹ Worm, Fernando. Op. cit., p. 40-41.

⁴² A estes tipos de charqueadas podemos acrescentar aquelas existentes ao longo das lagoas dos Patos e Mirim e do lago Guaíba.

⁴³ Xavier, Paulo. *Correio do Povo*, 07/09/1978, *Suplemento Rural*, p.5.

Para comprovar a intensa atividade charqueadora em Pedras Brancas, a partir da segunda metade do século XIX, reproduzo na Tabela 2 dados referentes à quantidade de reses abatidas em quatro charqueadas de Pedras Brancas, nos anos de 1854 e 1855, retirados de documento datado de 17 de março de 1856⁴⁴, reproduzido da obra de Worm:

Tabela 2 - Quantidade de reses abatidas em quatro charqueadas da Freguesia de Pedras Brancas – 1854-1855

CHARQUEADA DE	ANO	QUANTIDADE ABATIDA
MANUEL ALENCASTRO AZAMBUJA	1854	1800 RESES
MANUEL ALENCASTRO AZAMBUJA	1855	1600 RESES
JOÃO PEREIRA DA SILVA	1854	310 RESES
JOÃO PEREIRA DA SILVA	1855	1060 RESES
SERAFIM ANTÔNIO DE OLIVEIRA	1854	690 RESES
SERAFIM ANTÔNIO DE OLIVEIRA	1855	578 RESES
MANUEL MACEDO DE BRUM	1854	1180 RESES
MANUEL MACEDO DE BRUM	1855	1250 RESES

Fonte: Worm, Fernando. *Guaíba, Terra e Povo*. Guaíba: Prefeitura Municipal, 1974, p. 40

Por outro lado, Maestri e Xavier argumentam o contrário: o saldo da Guerra dos Farrapos seria catastrófico para o processo econômico das regiões ao sul do rio Jacuí, entre elas Pedras Brancas, devido aos estragos causados pela guerra, como a desorganização econômica e a matança desenfreada de gados. Além disso, grande parte dos rebanhos teria sido aniquilada por uma peste que atingiu a região naquelas anos. Todavia, o fator determinante para a decadência da atividade charqueadora do rio Jacuí ao Camaquã teria sido sua localização desprivilegiada em comparação com as charqueadas pelotenses. “O fato de o charque de Pelotas alcançava Rio Grande em poucas horas e o do Jacuí podia demorar até um mês, será uma das razões da decadência da atividade nessa região. Sofrendo o produto brasileiro – como veremos mais tarde – duas concorrências do congênere uruguaio, uma desvantagem como essa, era fatal.”⁴⁵

Se encararmos a interpretação de Maestri e Xavier como a mais correta, e considerarmos os dados apresentados na Tabela 2, podemos imaginar uma produção de charque ainda mais significativa para os anos anteriores aos indicados (1854-1855),

⁴⁴ Infelizmente, o autor não especifica de que documento trata-se, tampouco sua origem.

⁴⁵ Maestri, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Caxias do Sul: Educs, 1984, p. 64-65

ainda admitindo que o período revolucionário, certamente, deve ter acarretado prejuízos consideráveis às atividades econômicas de todo o Rio Grande.

Entretanto, o fato que mais interessa a meu objeto de estudo é o incremento substancial de escravos gerado pela demanda de trabalhadores nas atividades das charqueadas. Apesar de haver divergências entre os historiadores sobre a importância da mão-de-obra cativa na atividade pastoril, há unanimidade sobre a ampla utilização de escravos na atividade charqueadora. Mário Maestri afirma:

“Será a charqueada, na última vintena do século XVIII, a responsável pela estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul. Centrando parte significativa do esforço produtivo do pampa sobre os ombros do ‘negro’, teremos, a partir deste momento, uma classe de senhores-de-escravos, vivendo do trabalho destes, acumulando riquezas, acumulando escravos. Será a charqueada que possibilitará, por primeira vez, os meios necessários para uma introdução significativa de ‘escravos novos’ em nossos territórios.”⁴⁶

Em 1858, Pedras Brancas contava 855 habitantes, sendo 456 livres (53,45%), 346 escravos (40,46%) e 52 libertos (6,08%). A Tabela 3 dá uma idéia da grande proporção de escravos da freguesia, comparando-a com outras localidades, conforme Censo de 1858. Certamente, nem todas tinham nas charqueadas a base de sua economia, porém, todas elas tiveram o início de seu povoamento anterior ao de Pedras Brancas.

Tabela 3 - Proporção de escravos em algumas localidades e ano de início do povoamento, em 1858

LOCALIDADE	LIVRES	LIBERTOS	ESCRAVOS	TOTAL	ESCRAVOS (%)	INÍCIO POVOAMENTO
ALDEIA (GRAVATAÍ)	3887	109	1391	5387	25,82	1755
CAÇAPAVA	2015	128	1139	3282	34,70	1783
ENCRUZILHADA	1741	34	1288	3029	45,52	1781
JAGUARÃO	3673	86	1963	5722	34,30	1752
PEDRAS BRANCAS	457	52	346	855	40,46	1793
PELOTAS	7753	341	4788	12893	37,13	1763
PORTO ALEGRE	11292	578	4443	16313	27,23	1732
RIO PARDO	1065	35	452	1552	29,12	1750

⁴⁶ Maestri, Mário. Op. cit., 1984, p. 54.

VACARIA	2570	22	604	3296	18,32	1735
VIAMÃO	3397	156	1569	5122	30,63	1740

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1950*. Porto Alegre, 1981, p. 66.

Portanto, em Pedras Brancas havia uma enorme proporção de escravos (40,46%), superando, inclusive, a de Pelotas (37,13%), grande centro charqueador do século XIX no Rio Grande. Apenas Encruzilhada (45,52%) apresenta uma proporção maior de população cativa do que a existente em Pedras Brancas. Tais dados comprovam a necessidade de aprofundamento dos estudos acerca dessa freguesia, com vistas a desvendar sua dinâmica social, bem como o papel histórico desempenhado por seus escravos (e suas redes familiares e de parentesco) em sua luta cotidiana dentro do sistema escravista.

3. O BATISMO DE ESCRAVOS EM PEDRAS BRANCAS

O compadrio de escravos revela-se um campo fértil e quase inesgotável de estudo, mostrando diversos aspectos das relações empreendidas por escravos, livres e libertos dentro da trama social do Brasil escravista. Sua análise permite constatar como os agentes sociais mobilizaram os recursos mais ou menos limitados de que dispunham para criar ou solidificar alianças, horizontais e verticais.

A aliança sacramentada na pia batismal dizia muito a respeito das possibilidades e limitações, dos sucessos e dos fracassos vivenciados pelos cativos em sua luta cotidiana pela sobrevivência e por uma maior adaptação a um sistema tão opressor e desumano como o era a escravidão. Os escravos aproveitaram-se da importância conferida à instituição do batismo na sociedade luso-brasileira para incorporá-lo e resignificá-lo, à luz de seus univesos culturais e de sua realidade no mundo dos brancos, tirando o máximo proveito das possibilidades abertas pelo parentesco fictício. Apesar disso, eram conscientes dos riscos inerentes às suas ações, já que sua posição social desprivilegiada aconselhava ter muita cautela em cada passo dado no terreno da escravidão. Mesmo assim, é fato que, entre os escravos, houve a aceitação, mesmo que estratégica, do ritual do batismo.

Se partirmos do pressuposto de que a escolha dos padrinhos (compadres) e madrinhas (comadres), na maioria das vezes, cabia aos pais dos batizados, podemos imaginar o quanto tais escolhas eram pensadas antes de tornarem-se convites de fato.

Por tudo isso, o presente capítulo tentará levar a cabo uma singela “radiografia” dos usos e significados do compadrio entre os escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Pedras Brancas. Para tanto, disponho de 342 registros de batismos de escravos (dos quais 8 são de adultos) entre os anos de 1842 e 1872, retirados dos Livros de Batismo de n^{os}. 1, 2, 3, e 4, que incluía batizados livre, escravos e libertos e do Livro de Batismos de Escravos da dita freguesia, depositados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (adiante, AHCMPA). Como ferramentas auxiliares, utilizarei os inventários de alguns proprietários de Pedras Brancas, compilados e publicados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

(adiante, APERS), sob o título de *Documentos da Escravidão no RS: Inventários: O Escravo Deixado Como Herança (1763-1888)*.

3.1 OS DADOS

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas em 1720, principal legislação eclesiástica da América portuguesa durante o período colonial, estabeleciam, dentre outras coisas, como os sacramentos deveriam ser administrados e registrados. No Livro Primeiro, Título XX, dispõem sobre como deveriam ser registrados os assentos de batismo:

“Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: forão padrinhos N. e N. casados, viuvos, ou solteiros, freguezes de tal Igreja, e moradores em tal parte.”⁴⁷

Infelizmente, nem todos os párocos obedeceram à risca as determinações das *Constituições Primeiras* no concernente à padronização dos registros eclesiásticos, principalmente em se tratando do registro de escravos. Todavia, dos assentos analisados, muitas informações importantes para a consecução da presente pesquisa estavam registradas, quais sejam: data da cerimônia; nome do batizado; data de nascimento do batizado; nome da mãe do batizado (e de seu senhor); nome do pai (quando filho legítimo); nomes dos padrinhos. Outras informações importantes podiam constar nos registros, como a transferência da posse do inocente para outro proprietário no ato do batismo ou a ocorrência do batismo em casa, possivelmente em casos de risco de morte do batizado, numa tentativa de evitar que a criança morresse “pagã”.

⁴⁷ Vide, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. SP: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853, p. 29.

3.2 ESTRUTURA DE POSSE

Através dos registros de batismos de escravos é possível ter uma visão, mesmo que imprecisa, dos tamanhos dos plantéis existentes na freguesia de Pedras Brancas no período abordado pelo presente trabalho. Para isso, é preciso proceder à identificação dos escravos e de seus respectivos senhores que compareciam à pia batismal, bem como daqueles proprietários que, porventura, surgiam batizando cativos de outros senhores. Da mesma forma, grande parte dos escravos que serviam como padrinhos e madrinhas tinham a referência do nome de seu senhor, tornando possível a identificação dos últimos.

Tabela 4 – Estrutura de Posse de Escravos – Pedras Brancas – 1842-1872

Faixas	Senhores		Escravos		Médias
	N	%	N	%	
1 a 4 escravos	162	75,3	322	43,3	1,98
5 a 9 escravos	40	18,6	250	33,6	6,25
10 ou mais escravos	13	6,1	181	23,0	13,9
Total	215	100	753	100	3,50

Obs.: Senhores que puderam ser identificados nos registros de batismo

Fonte: AHCMPPA – Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livros de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

É possível perceber, analisando a tabela 4, que a grande maioria dos proprietários (75,3%) era dona de pequenos plantéis, com 1 até 4 escravos, seguidos pelos detentores de posses médias, com 5 até 9 cativos (18,6%), e por um seleto grupo de 13 senhores com 10 ou mais escravos (6,1%). Entretanto, quando verificamos a concentração de cativos por tamanho de posse, percebemos percentuais mais equilibrados. Ou seja, se a grande maioria dos senhores detinha de 1 a 4 escravos, seus cativos somavam menos da metade do contingente de cativos da freguesia (43,4%). Por outro lado, mais da metade dos escravos vivia nas médias e grandes propriedades (33,6 e 23,0%, respectivamente).

Conforme levantamento feito por Helen Osório, para os anos de 1765 a 1825, no meio rural da Província do Rio Grande, 48% dos proprietários de escravos possuíam no

máximo 4 cativos; 27% tinham até 9 escravos e os 25% restantes eram donos de 10 ou mais cativos. Ademais, 62% dos escravos pesquisados pela autora viviam em pequenos plantéis.⁴⁸

Dados semelhantes aos da freguesia de Pedras Brancas foram encontrados em outras localidades, como em Viamão, no ano de 1776, conforme pesquisa de Tiago Gil e Bruna Sirtori. Lá, 77% dos proprietários possuíam de 1 a 4 escravos, os quais representavam 48,16% da mão-de-obra cativa do local. Por seu turno, 51,82% dos escravos viviam nas médias e grandes escravarias.⁴⁹

Outro dado interessante diz respeito à media de escravos por senhor, pois, nas pequenas escravarias, era de praticamente 2 escravos por proprietário. Além disso, dos 162 proprietários de 1 até 4 escravos, 100 (62%) tinham pelo menos dois escravos⁵⁰. Logicamente, a maioria desses pares encontrados nestas 100 posses, referia-se à mãe e seu filho batizado, porém pode-se imaginar que esses dois escravos poderiam ter a presença de pelo menos mais um outro companheiro de cativo, que, devido às limitações dos dados constantes nos assentos de batismo, não mostravam-se presentes.

A média de cativos, considerando-se todas as faixas de tamanho de plantéis, era de 3,5 por propriedade. Tal cifra, conforme tipificação de Helen Osório, em estudo citado acima, era característica de pastores-lavradores, isto é, aqueles detentores de menos de 100 cabeças de gado vacum.⁵¹ Certamente, os maiores plantéis de Pedras Brancas eram aqueles dedicados às atividades charqueadoras, nas quais uma maior quantidade de braços cativos era mais necessária.

3.3 (I)LEGITIMIDADE

Certamente, os registros de batismo são as fontes mais adequadas para se buscar o padrão de legitimidade de filhos de escravos de determinada localidade e época, pois

⁴⁸ Osório, Helen. *Para Além das Charqueadas: Estudo do Padrão de Posse de Escravos no Rio Grande do Sul, Segunda Metade do Século XVIII*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, p. 4-5.

⁴⁹ Gil, Tiago Luís; Sirtori, Bruna. *A Geografia do Compadrio Cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

⁵⁰ AHCMPA – Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos.

⁵¹ Osório, Helen. Op. cit., 2007, p. 6.

podem dar um panorama da presença de casamentos sancionados pela Igreja entre a população escrava, na medida em que incluem todos os rebentos nascidos de relações legítimas.

Tabela 5 – Filhos legítimos x Filhos naturais – Pedras Brancas – 1842-1872

	N	%
Filhos legítimos	27	7,90
Filhos naturais	315	92,10
Total	342	100

Fonte: AHCOMPA – Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

Pelo visto na Tabela 5, as uniões legítimas não eram a regra entre os escravos de Pedras Brancas, entre os anos de 1842 e 1872, em acordo com a historiografia sobre a família escrava, que afirma que em regiões onde predominavam as pequenas posses, os índices de legitimidade entre os cativos mostravam-se geralmente baixos em comparação aos grandes plantéis.⁵² Scharz afirma que “havia, por exemplo, uma política em geral não escrita mas amplamente praticada de restringir o universo social do cativo, confinando-o, quando possível, ao perímetro do engenho, fazenda de cana ou unidade escravista”⁵³, tornando, nos plantéis diminutos, a tarefa de encontrar um parceiro ainda mais complicada. Sendo assim, o tamanho da escravaria estava diretamente ligado à possibilidade de encontrar um marido ou esposa. Levantando os dados dos registros de batismo e dos inventários disponíveis, percebi que dos 12 proprietários dos casais legítimos encontrados, 7 possuíam escravarias com 10 ou mais cativos.

Apenas 27 dos 342 escravos batizados no período nasceram de uniões legitimadas pela Igreja, sendo que quase todos viviam junto a ambos os pais. A primeira exceção era Aleixo, nascido em 20 de fevereiro de 1871, filho de Clemência, escrava de Leocádia Correia Rangel e de Francisco dos Santos, livre. Mas é possível que Francisco dos Santos trabalhasse como agregado na propriedade de Leocádia Correia Rangel, ou morasse nas proximidades, permitindo, assim, o contato diário com seu filho Aleixo. O outro caso que destoava dos demais era o de Adelina, com “hum anno de idade” em 1852, ano do registro, filha de Marcelino José, escravo de João Pereira da Silva, e cuja

⁵² Ver Motta, José Flávio (1999); Slenes, Robert (1999); Machado, Cacilda (2008).

⁵³ Schwartz, Stuart. Op. cit., p. 313.

mãe não constava no assento de batismo. Tal ausência pode ser decorrente da falta de atenção do padre responsável pelo registro, ou mesmo da morte da mãe, talvez no nascimento da criança.⁵⁴ Dos filhos naturais, 314 tinham identificado apenas o nome da mãe. O único filho natural com ambos os pais mencionados foi Clemencia, filha de Maria e de “Ignacio Guarani”.

Cifras semelhantes surgiram na pesquisa de Denize Aparecida da Silva, na freguesia de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul (SC), de 1845 a 1888, na qual os filhos legítimos de escravos somavam apenas 7,3%.⁵⁵ Rafaela Lago, estudando a freguesia de Vitória (ES), entre os anos de 1850 e 1871, e tendo como fontes de pesquisa os registros de batismo da localidade, encontrou índices de legitimidade de 18% entre os filhos de cativos batizados.⁵⁶ Fernando Netto e Osir Guimarães identificaram, em Guarapuava e Castro (PR), durante a década de 1860, taxas de legitimidade de 17% e 22%, respectivamente.⁵⁷ Já Lindemberg Segundo, em Limoeiro (CE), entre os anos de 1862 e 1872, averiguou que os filhos legítimos perfaziam apenas 1,54% do total dos batizados no período.⁵⁸ Em Rio Pardo (RS), de 1860 a 1869, a taxa de legitimidade era de 1,8%, segundo pesquisa nos assentos de batismos feita por Melina Perussatto.⁵⁹ Na mesma freguesia de Rio Pardo, porém entre 1845 e 1865, Roberta Zettel encontrou índice de legitimidade entre as crianças batizadas ainda inferior aos 2%.⁶⁰

⁵⁴ No inventário de João Pereira da Silva, feito em 1856, Marcelino consta com 40 anos de idade, “doente e aleijado”. Adelina, por sua vez, não aparece, o que sugere que já havia falecido ou sido vendida. Fonte: *Documentos da Escravidão no RS: Inventários: O Escravo Deixado Como Herança (1763-1888)*. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p. 563.

⁵⁵ Silva, Denize Aparecida da. *Arranjos e Laços Familiares na Comunidade Escrava da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul (1845-1888)*. Porto Alegre: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, p. 2.

⁵⁶ Lago, Rafaela Domingos. *Sob os Olhos de Deus: Estratégias Escravas, Arranjos Matrimoniais e Laços de Compadrio na Freguesia de Vitória – ES (1850-1871)*, p. 5. Disponível em: http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2012/09/Rafaela_Lago.pdf.

⁵⁷ Guimarães, Osir; Netto, Fernando. *Propriedade de Escravos e Relação de Compadrio: Castro e Guarapuava na Segunda Metade do Século XIX*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, p.9.

⁵⁸ Segundo, Lindemberg. *Para Além do Cativo: Batismo, Compadrio e Casamento como Símbolos da Dinâmica Social entre Cativos e Livres na Freguesia de Limoeiro/Província do Ceará (1862-1872)*. Revista Outros Tempos: São Luís: vol. 5, nº 5, 2008, p. 83.

⁵⁹ Perussatto, Melina Kleinert. *Como se de Ventre Livre Nascesse: Experiências de Escravidão, Parentesco, Emancipação e Liberdade – Rio Pardo/RS (c.1860-1888)*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, p. 8.

⁶⁰ Zettel, Roberta França Vieira. *De Mútuo Consentimento: Os Significados da Relação Familiar Cativa Para Senhores e Escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845-1865)*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, p. 10.

3.4 PADRÕES DE COMPADRIO

Se acreditarmos que a formação de laços familiares e comunitários ocupava o centro das estratégias de vida dos escravos brasileiros, podemos imaginar o quão decisiva era a escolha dos padrinhos e madrinhas dos batizados cativos.⁶¹

Com relação à escolha dos padrinhos (ou compadres), a Tabela 6 demonstra que os escravos que levaram seus filhos à pia batismal priorizaram as alianças com padrinhos livres, escolhidos em 56,23% das vezes. Quando a escolha recaía sobre pessoas egressas ou ligadas ao cativeiro, os prediletos eram os escravos (38,84%), seguidos pelos libertos (apenas 3,19%).

Tabela 6 – Padrinhos, por condição jurídica – Pedras Brancas – 1842-1872

Padrinho	Escravo		Livre		Liberto		Ausente		Protetora		Índet.		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	134	38,84	194	56,23	11	3,19	4	1,16	1	0,29	1	0,29	345	100

Fonte: AHCMPA - Livro de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

Com base nesses números, constata-se que a maioria dos escravos de Pedras Brancas selecionou padrinhos visando a possibilidade de ganhos materiais e simbólicos, firmando parentesco espiritual com indivíduos situados em posição superior na hierarquia social. Nas palavras de Silvia Brugger, buscaram uma “aliança para cima”.⁶² Robert Slenes sublinha “a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e a seus filhos.”⁶³

Na prática, então, a preferência por padrinhos livres expressaria a busca por um protetor ou aliado, em detrimento do estreitamento de relações com outros companheiros cativos. Segundo Gudeman e Schwartz, “a existência de um padrinho livre residindo na vizinhança representava vantagens para os escravos, vantagens de maior peso que aquelas propiciadas por amizades íntimas ou por laços de família, que

⁶¹ Os dados apresentados a partir de agora incluem os 8 batizados adultos encontrados.

⁶² Brugger, Silvia Maria Jardim. Op. cit., 2007.

⁶³ Slenes, Robert W. *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: Alencastro, Luis F. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 271.

levariam à escolha de outros escravos.”⁶⁴ Escolha pragmática, portanto, que exigia dos pais do batizando abrir mão da oportunidade de valorizar uma amizade com alguém que dividia com eles o amargo pão do cativo, para buscar a proteção propiciada por uma pessoa que, muitas vezes, poderia pertencer ao outro extremo do modo de produção dominante, isto é, um senhor de escravos ou um parente próximo deste.

Ao que parece, entre a amizade e o pragmatismo, os pais dos escravos, em sua maioria, optaram pelo último, sem se descartar, logicamente, a possibilidade de haver entre muitos escravos e livres certo grau de apreço mútuo. Também não se pode negar que o fato de privilegiar um homem branco no momento da escolha do padrinho de seu filho poderia gerar certa animosidade no mundo escravo, sobretudo em momentos de tensão com a classe senhorial, quando o cativo compadre de um branco corria o risco de ser visto como um inimigo, ou aliado deste.

Portanto, a maioria dos pais escravos preferiu compartilhar a responsabilidade pelo futuro material e espiritual de seus filhos com homens livres, e não com outros cativos.

Silvia Brugger, pesquisando São João del Rei, encontrou 62% de padrinhos livres de crianças escravas, entre os anos de 1736 e 1850.⁶⁵ Porcentual ainda maior foi o constatado em Vila Rica (MG), no período de 1760-1764, por Renato Venancio: 71,3% dos padrinhos de cativos eram indivíduos livres.⁶⁶

Em contrapartida, um número expressivo de homens cativos foi agraciado com o convite para apadrinhar filhos de outros escravos: 134, ou 38,84%. Assim, muitos optaram por reforçar amizades forjadas no cativo, ou no seio de uma provável comunidade escrava existente na região. Aos padrinhos, por sua vez, o status de compadre de um companheiro representava, no mínimo, uma demonstração de respeito e conforço, podendo ir além, conferindo-lhe ou consolidando um prestígio acumulado ao longo do tempo. Russel-Wood menciona uma série de medidas pregadas pelo governador de Minas Gerais, conde de Assumar, em princípios do século XVIII, alegando “que os escravos davam aos padrinhos proventos que, por direito, deveriam

⁶⁴ Gudeman, Stephen; Schwartz, Stuart. Op. cit., p. 47.

⁶⁵ Brugger, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma Análise do Apadrinhamento de Cativos em São João del Rei, 1730-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: 2004, p. 3.

⁶⁶ Venancio, Renato Pinto. *Compadrio e Rede Familiar Entre Forras de Vila Rica, 1713-1804*. Curitiba: Anais da V Jornada Setecentista, 2003, p. 604.

ser entregues a seus donos legais.”⁶⁷ Além do mais, havia o temor de que esses líderes acabassem por incitar seus compadres à fuga ou à subversão, fazendo uso de sua influência e da reciprocidade inerente à instituição do compadrio.

Na freguesia de Bom Jesus do Rio Pardo (MG), de 1838-1887, 30,6% dos padrinhos de crianças escravas eram da mesma condição social, segundo estudo de Jonis Freire. Por seu turno, os padrinhos livres superaram a casa dos 69%.⁶⁸

Todavia, o número de escravos padrinhos em Pedras Brancas foi inferior a de algumas outras localidades. Na freguesia de Inhaúma, do ano de 1816 a 1842, 65% dos padrinhos eram cativos, conforme pesquisa de José Roberto Góes.⁶⁹ Em Paraíba do Sul, Ana Lugão Rios, entre 1872 e 1888, encontrou mais de 57% de escravos participando como compadres de outros cativos.⁷⁰ A autora defende que o padrão de escolha era determinado pelo tamanho das escravarias: nas maiores, predominavam os padrinhos escravos, enquanto nas menores havia maiores chances de serem selecionados padrinhos livres. Correta ou não, tal observação aplica-se a Pedras Brancas, onde os pequenos plantéis eram majoritários.

Um dado interessante diz respeito à pequena ausência de padrinhos nas cerimônias estudadas. Apenas 1,45% dos escravos batizados entre 1842 e 1872 não puderam contar com a presença de um padrinho. Solange da Rocha, ao pesquisar três freguesias na Paraíba no século XIX, também encontrou uma esmagadora maioria de padrinhos presentes, com índices de 98,2%, 96,7 e 97,5%.⁷¹

Por sua vez, a seleção das madrinhas (ou comadres) seguiu outro tipo de orientação por parte dos cativos que batizaram seus filhos em terras pedrenses. Através dos dados da Tabela 7, percebe-se a predileção pelas madrinhas escravas, que totalizaram quase 49%, seguidas pelas livres, com 33,2%, e pelas libertas, que somaram somente 4,93% das madrinhas.

⁶⁷ Russel-Wood, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 270.

⁶⁸ Freire, Jonis. *Compadrio em uma Freguesia Escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. Caxambú: XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, 2004, p. 17.

⁶⁹ Góes, José Roberto. *O Cativo Imperfeito. Um Estudo Sobre a Escravidão no Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX*. Vitória: SEJC/SEE, 1993, p. 56.

⁷⁰ Rios, Ana Lugão. *Família e Transição (Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990, p. 57.

⁷¹ Rocha, Solange Pereira da. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 229, 240 e 252.

Tabela 7 – Madrinhas, por condição jurídica – Pedras Brancas – 1842-1872

	Escrava		Livre		Liberta		Ausente		Protetora		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Madrinha	165	48,63	112	33,20	17	4,93	7	2,08	38	11,16	339	100

Fonte: AHCMPA - Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

A predileção por madrinhas escravas (apesar de o percentual de madrinhas livres ser considerável) é visto pela historiografia, de uma maneira geral, como sinal de preocupação da mãe da criança em garantir os cuidados da prole em casos de morte dela ou de separação por venda ou partilha de herança.

Em São Luis do Paraitinga (SP), conforme Carlos Bacellar, 39,7% das crianças escravas batizadas entre 1774 e 1838 tiveram cativas como madrinhas.⁷² Mais próximos aos de Pedras Brancas foram os números encontrados por Sidney da Silva em Valença (RJ), região com alta concentração de escravos: 53,56% das madrinhas de cativos eram da mesma condição jurídica.⁷³

Se o estudo apresentou um percentual reduzido de padrinhos ausentes, o mesmo não pode ser dito sobre as madrinhas. Se somarmos as madrinhas ausentes com aquelas substituídas por santos protetores, o total atinge 45, ou 13,24% de madrinhas que não se fizeram presentes fisicamente no ato do batismo. Dito de outra forma, quando o batizando tinha somente um dos padrinhos, havia a probabilidade de 90% de que este fosse do sexo masculino.

Ademais, se levarmos em conta as madrinhas escravas, livres e libertas, isto é, aquelas fisicamente presentes no batismo de seus afilhados, chegaremos ao total de 294, ou 86,73%. Enquanto isso, os padrinhos compareceram de corpo presente em 98,26% dos batizados (339 casos). Enfim, apenas 5 batizados (1,46%) não tiveram a presença de pelo menos um padrinho ou madrinha, sendo que um padrinho (de Florinda, filha da preta Francisca) não pode ser identificado, constando apenas como “o Creolo”.⁷⁴

⁷² Bacellar, Carlos de Almeida Prado. *Criando Porcos e Arando a Terra: Família e Compadrio Entre os Escravos de uma Economia de Abastecimento (São Luis do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840)*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, p. 7.

⁷³ Silva, Sidney Pereira da. *As Relações Sócio-Parentais Entre Escravos: O Batismo de Escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1885)*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2005.

⁷⁴ AHCMPA – Livro nº 1 de Batismos de Pedras Brancas.

Chama a atenção a quantidade de madrinhas representadas por santas protetoras: nada menos do que 11,16% do total de madrinhas de cativos. O “casal” padrinho livre e madrinha protetora chega a superar aquele composto por padrinho livre e madrinha escrava. Rafaela Lago encontrou um número ainda mais expressivo de protetoras fazendo o papel de madrinhas em Vitória (ES), de 1850 a 1871: 556, ou 31,63%. A autora atribui tal dado à importância da religiosidade entre os habitantes do local, e à “crença de que a entrega dos filhos aos cuidados de uma protetora poderia levar aquelas crianças a uma condição futura melhor.”⁷⁵

Entretanto, a hipótese da preferência por uma divindade em detrimento de uma pessoa, parece-me improvável, ao menos como regra aplicável a todos os casos. Por mais limitada que fosse a paisagem social dos escravos, e por mais marcantes que fossem a religiosidade e o sentimento devocional da época, é difícil imaginar que eles, conscientes de suas limitações dentro do contexto em que viviam e dos significados sociais implícitos na instituição do compadrio, abrissem mão de escolher uma pessoa para apadrinhar seus filhos, que poderia, ao menos, tornar-se um “conhecido” e prestar-lhes apoio, mesmo que raramente. Para Renato Venâncio, “esta seletividade, madrinha no céu e padrinho na terra, correspondia a uma singular desvalorização da mulher.”⁷⁶ Ou seja, a menor participação de madrinhas nas cerimônias de batismos de escravos seria um reflexo da desigualdade entre os sexos tão marcada na sociedade da época.

Se pouquíssimos foram os batizados que não puderam contar com pelo menos um padrinho ou uma madrinha em sua cerimônia de batismo, é fundamental que analisemos os arranjos formados entre os casais de padrinhos.

Tabela 8 – Combinação de padrinhos e madrinhas, conforme condição jurídica – Pedras Brancas – 1842-1872

PADRINHO		Escravo		Livre		Liberto		Ausente		Protetora		Indet.	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
MADRI NHA	Escrava	93(*)	27,19	15	4,38	6	1,75	0	0	0	0	0	0
	Livre	11	3,21	155(**)	45,32	0	0	0	0	1	0,29	0	0
	Liberta	14	4,09	0	0	2	0,58	0	0	0	0	0	0
	Ausente	1	0,29	1	0,29	0	0	4	1,16	0	0	1	0,29

⁷⁵ Lago, Rafaela Domingos. Op. cit., p. 5.

⁷⁶ Venâncio, Renato Pinto. *A Madrinha Ausente: Condição Feminina no Rio de Janeiro, 1795-1811*. In: Costa, Iraci del Nero da. *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 95-102.

Protetora	13	3,80	22	6,43	3	0,87	0	0	0	0	0	0
Indet.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: AHCMPA – Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

(*) Incluindo 2 pares de padrinhos

(**) Incluindo 1 par de padrinhos

A Tabela 8 mostra que quase metade (45,32%) dos escravos batizados no período teve um casal de indivíduos livres como padrinhos. Escolhas, na maioria das vezes, essencialmente utilitárias, que objetivavam melhores condições de existência e segurança para seus filhos. Fossem membros da elite da região ou lavradores pobres, ter padrinhos ou compadres nas imediações que pudessem, mesmo que eventualmente, prestar algum apoio em momentos de dificuldade, seria de grande valia. Se os dois não fossem casados, se expandiria ainda mais o raio de penetração das alianças forjadas na pia batismal.

Em Bom Retiro (MG), entre 1831 e 1888, João Lucas Rodrigues identificou a participação de padrinhos livres em 54,66% dos casos, enquanto os escravos somavam 32,66% e os libertos 2,66%.⁷⁷ Silmei de Sant’Ana Petiz pesquisou quatro freguesias do oeste do Rio Grande (Caçapava, Cachoeira, Encruzilhada e Rio Pardo), onde encontrou o seguinte padrão de compadrio: 46,3% de escravos, 41,5% de livres e 11,9% de forros.⁷⁸

Aos indivíduos livres também seria interessante ter afilhados, mesmo escravos, pois seria uma forma de arregimentar aliados ou mesmo dependentes. Sendo assim, todas as partes envolvidas através da instituição do compadrio poderiam auferir ganhos, simbólicos e materiais, dependendo de seus interesses e de suas possibilidades de “barganha social”. Como destaca Silvia Brugger:

“A especificidade do compadrio talvez residisse exatamente no fato de apresentar uma grande possibilidade de extensão – uma pessoa poderia apadrinhar um número infindo de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares – e, ao mesmo tempo, permitir que se criassem sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes. Por outro lado, entre eles não haveria qualquer implicação de ordem patrimonial (...) O afilhado, embora pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era seu herdeiro necessário. Por isso, a rigor,

⁷⁷ Rodrigues, João Lucas. *Laços Familiares no Distrito de Bom Retiro (1831 a 1888)*. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/matera.cfm?tb=historiadores&id=50>.

⁷⁸ Petiz, Silmei de Sant’Ana Petiz. *Considerações Sobre a Família Escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, p. 10.

ninguém em princípio teria motivos para recusar um apadrinhamento. Pelo contrário, ter afilhados era um “capital” político importante.”⁷⁹

Julia, escrava de João Pereira Gomes, teve cinco filhos entre 1863 e 1871. Em 08/03/1863, deu à luz Maria, que teve como padrinho Marcos Francisco Soares e como madrinha Mariana Gomes da Silva. Seu segundo filho, Manoel, foi apadrinhado por Maximo, escravo de Maria Candida da Silva e Marianna, cativa de Anciamo Fausto da Silva. O terceiro rebento, Juvencio, teve como padrinhos Bonifácio, escravo de Bibiana de Quadros e Maria Antônia, preta liberta. Após, nasceu outra menina chamada Maria, apadrinhada por Manoel José de Betancourt e Alexandrina Gomes da Silva. Por último, veio ao mundo Nicolau, em 18/01/1871, cujos padrinhos foram Serafim André da Silveira e Bernardina Gomes da Silva.

O caso de Julia é exemplar no que se refere à complexidade das redes sociais tecidas pelos escravos por meio do batismo de seus filhos.

Embora não tão pronunciada quanto a encontrada por Gudeman e Schwartz em seu estudo sobre a Bahia do século XVIII, a simetria entre os estatutos jurídicos dos casais de padrinhos de Pedras Brancas também pode ser ressaltada. Dos 250 casais cujos membros tinham a mesma condição jurídica (incluindo 3 casos com 2 padrinhos homens), 155 (62 %) eram formados por livres, 93 (37,2%) por escravos e 2 (0,8%) por libertos. Ou seja, de todos os casais formados por duas pessoas (295), 84,75% eram compostos por indivíduos de mesmo estatuto jurídico, expressando uma forte endogamia social na composição dos casais.

Quando os casais tinham condições jurídicas desiguais, 46 no total, 15 (32,61%) deles compunham-se de um padrinho livre e uma madrinha escrava, 14 (30,43%) de padrinho escravo e madrinha liberta, 11 (23,91%) de padrinho escravo e madrinha livre e 6 (13,04%) de padrinho liberto e madrinha livre. Não foi encontrado nenhum caso em que o padrinho era livre e a madrinha liberta, tampouco em que o padrinho era liberto e a madrinha livre, o que não deixa de ser curioso, e pode demonstrar certa incompatibilidade entre esses dois estatutos jurídicos, ao menos no papel de padrinhos de escravos. Portanto, pode-se notar que, quando os padrinhos não possuíam o mesmo estatuto jurídico, a tendência era pela escolha de uma madrinha em posição social superior (31 casos em 46) à do padrinho (15 casos em 46). Tal padrão é oposto ao pesquisado por Gudeman-Schwartz, que observaram: “(...) quando os padrinhos tinham

⁷⁹ Brugger, Silvia Maria Jardim. Op. cit., 2007, p. 325.

estatutos jurídicos desiguais, o da madrinha é que tendia a ser inferior.”⁸⁰ Por ora, não encontro explicação razoável para esses critérios de seleção, já que denotam certa valorização da figura feminina que não é comum para a sociedade da época.

Por último, a Tabela 9 revela os padrões de compadrio referentes aos 27 filhos legítimos de escravos batizados entre 1842 e 1872, na freguesia de Pedras Brancas.

Tabela 9 – Combinação de padrinhos e madrinhas de filhos legítimos, conforme condição jurídica – Pedras Brancas – 1842-1872

PADRINHO		Escravo		Livre		Liberto		Ausente		Protetora	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
MADRINHA	Escrava	9*	33,33	0	0	0	0	0	0	0	0
	Livre	0	0	10	37,03	0	0	0	0	0	0
	Liberta	3	11,11	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ausente	0	0	0	0	0	0	2	7,40	0	0
	Protetora	1	2,70	1	2,70	1	2,70	0	0	0	0

Fonte: AHCMPA – Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas
 (*) Incluindo 1 par de padrinhos

Podemos notar que entre os padrinhos e madrinhas de filhos escravos nascidos de uniões legítimas havia um maior equilíbrio no que tange à condição jurídica dos mesmos. Enquanto 10 inocentes tiveram como padrinhos casais compostos por duas pessoas livres (37,03%), 9 foram batizados por casais de escravos (33,33%).

3.5 RESIDÊNCIA DOS PADRINHOS

De 150 padrinhos e madrinhas escravos dos quais pude identificar o proprietário, considerando as prováveis repetições, 39 (26%) pertenciam ao mesmo senhor do batizando, enquanto 111 (74%) eram cativos de outro senhor. Essa situação expressa o pequeno tamanho da grande maioria das escravarias, onde o universo de possibilidades para a seleção dos padrinhos era reduzido. Por outro lado, denota uma considerável liberdade de circulação dos cativos, que tornava possível o estabelecimento de redes sociais que ultrapassavam os limites das propriedades.

Além do mais, o contato entre escravos de propriedades diferentes através do compadrio podia garantir “a possibilidade da superposição de parentescos

⁸⁰ Gudeman, Stephen, Schwartz, Stuart. Op. cit., 1988.

consanguíneos e rituais. Isto é, o compadrio podia unir parentes consanguíneos pertencentes a diferentes senhores, que tivessem sido separados ou vendidos.”⁸¹

Na freguesia de São Tomé das Letras (MG), também verificou-se um alto percentual de compadres de plantéis diferentes. Segundo estudo de Juliano de Paula, entre os anos de 1841 e 1859, 71,4% não pertenciam ao mesmo senhor da família do batizado.⁸²

Portanto, além de demonstrar que através do compadrio os escravos podiam realmente estender suas redes de relacionamento com cativos de outras propriedades, os dados apresentados relativos a Pedras Brancas revelam muito da capacidade de gerir a seleção de seus futuros compadres por parte dos escravos, pois, como afirma Sheila de Castro Faria, “seria absurdo supor senhores indicando como padrinhos de seus cativos escravos de outros donos.”⁸³

3.6 BATISMO DE ADULTOS

Primeiramente, salta aos olhos a pequena presença de escravos adultos nos assentos de batismo pesquisados. Nos 342 registros de batismo para os anos de 1842 a 1872, encontrei apenas 8 (2,33%) escravos adultos batizados, todos africanos, sendo que apenas 3 deles tinham sua origem identificada (2 naturais da “costa d’Africa” e 1 de nação Cabinda). Certamente, tal quantidade irrisória revela o papel secundário do tráfico internacional de escravos no processo de reprodução das escravarias, bem como no de reiteração temporal do escravismo em Pedras Brancas. Em contrapartida, explícita a dependência da reprodução natural dos escravos para a manutenção e ampliação dos plantéis da localidade. Para isso, é plausível supor que a constituição de relações conjugais entre os cativos não fossem tão desestimuladas pelos senhores, na medida em que elas garantiriam o nascimento de rebentos, que, na idade adequada, seriam inseridos na força de trabalho das unidades. Como afirma Cacilda Machado: “(...) a manutenção

⁸¹ Rocha, Cristiany Miranda. Op. cit., p. 126.

⁸² Paula, Juliano Tiago Viana de. *Redes de Solidariedades Entre os Escravos da Freguesia de São Tomé das Letras (1841-1883)*. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=68>.

⁸³ Faria, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 321.

da posse de famílias cativas era em muitos casos a própria condição de constituição e manutenção de famílias escravistas.”⁸⁴

Ademais, os escravos oriundos do Congo e de Angola desembarcavam nos portos brasileiros já batizados em território africano, portanto, estão, naturalmente, ausentes dos registros paroquiais.⁸⁵

Tabela 10 – Padrinhos/madrinhas de escravos adultos – Pedras Brancas – 1842-1872

Escravos		Livres		Libertos		Protetoras		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7	43,75	8	50	0	0	1	6,25	16	100

Fonte: AHCMPA – Livro de Batismos nº 1 de Pedras Brancas.

Stuart Schwartz, pesquisando o Recôncavo Baiano, notou que os padrões de compadrio entre escravos adultos apresentavam características muito diferentes daqueles das crianças, em finais do século XVIII. Enquanto escravos apadrinhavam apenas 20% das crianças batizadas, 70% dos adultos cativos tinham como padrinhos pessoas da mesma condição social. O autor supõe que a escolha dos padrinhos dos recém-chegados seria, sobretudo, uma prerrogativa senhorial, daí a indicação de escravos ladinos e aculturados que facilitariam a ambientação do afilhado no cativeiro e sua inserção na força de trabalho.⁸⁶

Como demonstra a Tabela 10, em Pedras Brancas a situação mostrou-se bastante diferente.⁸⁷ Menos da metade dos escravos adultos batizados (43,75%) foram apadrinhados por outros escravos, enquanto a metade deles teve padrinhos e madrinhas livres.⁸⁸

Sílvia Brugger, em estudo sobre o compadrio de escravos em São João del Rei (MG), encontrou dados parecidos aos de Pedras Brancas, entre os anos de 1841 e 1850: 68,4% dos escravos adultos batizados tinham como padrinhos pessoas livres, enquanto

⁸⁴ Machado, Cacilda. *A Trama das Vontades: Negros, Pardos e Brancos na Produção da Hierarquia Social do Brasil Escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri., 2008, p. 105)

⁸⁵ Schwartz, Stuart. Op. Cit., 1988, p. 333; Vainfas, Ronaldo (Org.). Op. cit., p. 127.

⁸⁶ Schwartz, Stuart. Op. cit., 1988, p. 334.

⁸⁷ Aqui, creio importante sublinhar que qualquer inferência pode ser precipitada ou incompleta, dada o pequeno universo sobre o qual estou trabalhando.

⁸⁸ Em outro estudo famoso, Schwartz afirma: “Os escravos adultos do Brasil raramente tinham padrinhos livres”. In: Schwartz, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 281.

os padrinhos escravos somavam 31,6%.⁸⁹ Padrão de compadrio semelhante foi assinalado por Solange Pereira da Rocha, para Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), de 1833 a 1862, onde 49 escravos adultos africanos foram batizados, com a presença de 51% de padrinhos livres, 36,7% de escravos e 12,3% de forros.⁹⁰

A idéia de Schwartz sobre a ingerência senhorial, mesmo que não absoluta, na escolha dos padrinhos de adultos pode ser problematizada. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que os cativos vindos da África deveriam, antes de ser batizados, expressar “a intenção habitual de receber o Baptismo”, além de “estar instruídos na Fé” católica.⁹¹ Ora, tal processo demandaria certo tempo, permitindo-lhes o estabelecimento de relações sociais com outros indivíduos, inclusive livres, libertos e escravos de outros proprietários. Por isso, cabe a pergunta: não seriam os próprios escravos adultos os responsáveis, na maioria das vezes, pela seleção de seus padrinhos?

Logicamente, não pretendo, com isso, descartar a ingerência senhorial na seleção de padrinhos de seus escravos nascidos do outro lado do Atlântico. Entretanto, mesmo que cativos crioulos e experientes servissem como bons anfitriões para os africanos, instruindo-os no funcionamento do trabalho na fazenda e apresentando-os a seus novos companheiros de cativeiro, eles também poderiam minar o poder dos proprietários e, conseqüentemente, fortalecer a unidade entre os escravos. Isso porque estes anfitriões certamente também se ocupavam em ensinar as “brechas”, as “manhas” existentes naquela sociedade marcada pela exploração e pela desigualdade, mostrando como era possível driblar o controle e o domínio dos senhores e, assim, conquistar mais autonomia e melhores condições de existência.

⁸⁹ Brugger, Silvia M. Op. cit., 2004, p. 13.

⁹⁰ Rocha, Solange Pereira da. Op. cit., p. 248.

⁹¹ Vide, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit., p. 19.

3.7 SENHORES E PARENTES PADRINHOS

Uma discussão importante diz respeito à possibilidade ou não de se interpretar as relações de compadrio como um reforço do paternalismo senhorial⁹².

Na freguesia de Pedras Brancas, entre os anos de 1842 e 1872, apenas um escravo foi batizado por seu proprietário. Trata-se de Madalena, nascida em 01 de maio de 1864, filha de Luiza. Ambas eram escravas de Maria José de Macedo Pires, que batizou sua escrava infante no dia 4 de março de 1865, ao lado do padrinho Francisco, também cativo de sua propriedade. O caso de Madalena representa somente 0,29% dos assentos de batismo pesquisados, demonstrando que, realmente, a não conciliação dos status de padrinho e senhor era a norma predominante em Pedras Brancas naquele período. “A separação de status implícita nessas estatísticas indica o fracasso de um paternalismo para superar as proibições inerentes aos papéis espirituais e econômicos em conflito.”⁹³ Se a lógica paternalista imperava nas relações entre senhores e escravos, o compadrio não foi empregado para reforçá-la.

Ana Lugão Rios, pesquisando Paraíba do Sul de 1872 até a abolição, indicou que apenas 0,3% dos cativos batizados o foram por seus próprios senhores.⁹⁴ Em Muriaé (MG), Vitória Andrade verificou que 2,31% dos padrinhos de escravos eram também seus proprietários.⁹⁵

Apesar disso, Cacilda Machado afirma que é preciso relativizar a afirmação feita acima e considerar um certo grau de controle senhorial sobre a socialização de seus

⁹² Na concepção elaborada por Eugene Genovese, em seu estudo sobre a relação senhor-escravo no sul dos EUA, o patriarcalismo teria surgido “da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração”. Assim, Genevose interpretou-o como uma relação de dominação e uma forma de, gradativamente, enfraquecer os elos de solidariedade entre os cativos, através de uma exploração velada. Todavia, dessa forma, os senhores acabavam por reconhecer, inadvertidamente, a humanidade dos escravos, que, resignificando o patriarcalismo senhorial, transformaram-no “em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram radicalmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios”. In: Genovese, Eugene. *A Terra Prometida: O Mundo que os Escravos Criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁹³ Schwartz, Stuart. Op. cit., 2001, p. 280.

⁹⁴ Rios, Ana Lugão. Op. cit.

⁹⁵ Andrade, Vitória Fernanda Schetini de. *Ilegitimidade e Compadrio: O Estudo dos Nascimentos de Filhos de Mães Escravas, São Paulo do Muriaé, 1852-1888*. Caxambú: XV Encontro de Estudos Populacionais, 2006, p. 12.

cativos.⁹⁶ A autora levanta a questão quando verifica quantidade considerável de padrinhos livres parentes dos proprietários dos batizados em São José dos Pinhais, nos séculos XVIII e XIX.

Visto de outro ângulo, “da perspectiva do pai ou da mãe da criança, seria estratégico ter como aliado alguém que, embora não pertencesse à casa do senhor, era seu parente, portanto suficientemente próximo para poder interferir em caso de conflitos.”⁹⁷ Outrossim, como a casa do compadre tornava-se um território amigo, onde a família do batizado passaria a ter trânsito livre, a formação de ligações parentais com famílias poderosas permitia uma maior comunicação e convivência entre as classes subalternas, compostas por escravos, forros e agregados.⁹⁸

Em minha pesquisa, encontrei 19% de padrinhos e madrinhas (58, de um total de 306) que, possivelmente, eram parentes dos proprietários dos escravos envolvidos nos batismos. Para chegar a tal número, procedi à comparação dos sobrenomes dos padrinhos e madrinhas livres com o do proprietário. É claro que tal método encerra muitas falhas, pois não abarca parentes e familiares que não dividiam o mesmo sobrenome, como cônjuges não casados, primos, cunhados e outros.

Outra forma de averiguar um possível paternalismo indireto implícito nas relações de compadrio, é investigar a atuação de outros proprietários de cativos atuando como padrinhos. Assim, encontrei 18 padrinhos/madrinhas (5,88% de 306) que eram senhores de escravos, pesquisando seus nomes nos registros de batismo da amostra e em inventários da freguesia de Pedras Brancas. Aqui, também, um estudo mais detalhado seria necessário, com um refinado cruzamento nominal de fontes, na tentativa de encontrar outros proprietários de escravos que não puderam ser revelados no presente estudo.

Baseado nos dados apurados, é plausível supor que, se houve algum tipo de paternalismo indireto praticado pela classe senhorial, este deu-se mais através da imposição ou aceitação de parentes como padrinhos de escravos, e não de uma participação considerável de escravistas cumprindo o papel de padrinhos e madrinhas.

⁹⁶ Machado, Cacilda. Op. cit., 2008, p. 192.

⁹⁷ Idem, p. 198.

⁹⁸ Machado, Cacilda. *Compadrio de Escravos & Paternalismo. O Caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na Passagem do Século XVIII para o XIX*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, p. 12.

Também não se pode descartar a possibilidade de senhores utilizarem-se da função de padrinho como forma de proteger afilhados que, na realidade, eram frutos de relações amorosas com suas escravas.⁹⁹

Dentre os episódios pesquisados, um se destaca, por unir, no mesmo ato, todas as variáveis possíveis de paternalismo indireto por parte da classe senhorial. Trata-se do batismo de Boaventura, filho legítimo de Boaventura e Silvana. Todos eram escravos de Faustina Flora de Oliveira Jardim. Seus padrinhos foram Jeronimo Gomes Jardim e sua esposa Dona Maria Joaquina da Fonseca Jardim, senhores de escravos. Pela coincidência do sobrenome, proprietária e padrinhos faziam parte da tradicional família Jardim, que gozava de muito prestígio e poder na região àquela época.

3.8 IDADE DOS INOCENTES

Com que idade os inocentes eram batizados em Pedras Brancas, entre 1842 e 1872? Ou, com vistas a facilitar a compreensão do que pretendo analisar, quanto tempo os escravos necessitavam esperar para que seus filhos fossem batizados? Para isso, calculei a idade de todos os batizados da pesquisa, excluindo os adultos e aqueles cujas datas de nascimento não apresentavam ao menos o mês e o ano em que o inocente havia vindo ao mundo. Assim, o total de batizados chegou a 312 e os dados coletados encontram-se na Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 – Idade média dos batizados – Pedras Brancas – 1842-1872

	Idade Média (dias)
Todos	1 ano, 1 mês e 7 dias (402)
Meninos	1 ano, 1 mês e 18 dias (413)
Meninas	1 ano e 26 dias (391)
Filhos legítimos	1 ano e 4 dias (369)

⁹⁹ Ver Maia, Moacir Rodrigo de Castro. *Tecer Redes, Proteger Relações: Portugueses e Africanos na Vivência do Compadrio (Minas Gerais, 1720-1750)*. Rio de Janeiro: Revista Topoi, v. 11, n° 20, 2010, p. 36-54.

Filhos naturais	1 ano, 1 mês e 9 dias (404)
------------------------	-----------------------------

Fonte: Livros de Batismos 1, 2, 3 e 4 e Livro de Batismos de Escravos de Pedras Brancas

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que os recém-nascidos deveriam ser batizados até oito dias após o nascimento.¹⁰⁰ Em Pedras Brancas, raramente tal limite de idade era respeitado. Encontrei somente dois inocentes, de um total de 312, que foram batizados respeitando tal regra: Justino, filho de Maria Francisca, escravos de João José da Costa; e Valêncio, filho de Bernardete, pertencentes a Francisco Correia Rangel.¹⁰¹ Ambos foram batizados com sete dias de idade, eram filhos naturais e tiveram como padrinhos dois homens livres, uma mulher livre e uma santa protetora. O caso extremo foi o de Adão, filho legítimo de Joaquim e Raquel, escravos do tenente João Henrique de Azevedo Coutinho, que foi batizado com treze anos de idade! O fato de Adão ser filho de uma união sacramentada pela Igreja é no mínimo curioso.

José Roberto Góes, citando o reverendo inglês Robert Walsh, que visitou o Brasil em princípios do século XIX, ressalta que os escravos pareciam “ansiosos” pelo batismo, pois a condição de “pagãos” aproximava-os da de ‘animais’.¹⁰² O epíteto de “pagão” era um dos piores xingamentos que poderiam ser trocados entre cativos durante o Brasil colonial e imperial.¹⁰³

José Flávio Motta e Agnaldo Valentim estudaram duas freguesias paulistas, Iguape e Casa Branca, entre os anos de 1871 e 1885.¹⁰⁴ Em Iguape, 83,8% das crianças ingênuas (nascidas de ventres livres) batizadas, cujas idades puderam ser identificadas, tinham 90 dias de vida ou menos. Em Casa Branca, o percentual era ainda maior: 90,9%. Sendo assim, a média de idade com que os inocentes “livres pela lei” eram batizados era substancialmente menor do que a encontrada em Pedras Brancas: 58,37 dias em Iguape e 47,61 dias em Casa Branca. O autor atribui a maior presteza na realização do sacramento em Casa Branca ao maior dinamismo da economia da localidade.

¹⁰⁰ Vide, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit., p. 14.

¹⁰¹ AHCMPA – Livros de Batismos de Escravos de Pedras Brancas.

¹⁰² Góes, José Roberto. *O Cativo Imperfeito. Um Estudo Sobre a Escravidão no Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX*. Vitória: SEJC/SEE, 1993, p. 168.

¹⁰³ Schwartz, Stuart. Op. cit., 1988, p. 333.

¹⁰⁴ Motta, José Flávio; Valentim, Agnaldo. *De Ventres Livres Nascidos. Os Batismos de Ingênuos em Casa Branca e Iguape, Província de São Paulo (1871-1885)*. Caxambú: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, p. 10-12.

Aqui, duas observações devem ser feitas. Primeiramente, não obstante o perfil econômico de Iguape assemelhar-se ao de Pedras Brancas no que tange ao dinamismo da economia – as duas freguesias voltavam-se para o abastecimento do mercado interno –, tanto Iguape quanto Casa Branca localizavam-se próximas aos grandes centros agroexportadores do sudeste brasileiro. Casa Branca era uma região profundamente envolvida com a expansão da produção cafeeira, da qual pode obter proveito termos de desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, Motta e Valentim, em seu estudo, priorizaram os ingênuos no cálculo da idade em que eram levados à pia do batismo. Assim sendo, pode-se supor que, se havia pressão por parte dos escravos para que seus filhos recebessem o sacramento, ela aumentava quando tratava-se de crianças beneficiadas pela Lei do Ventre Livre, pois o registro de batismo daria a garantia, ao menos legal, da condição de liberdade que poderia, teoricamente, ser usufruída pelo recém-nascido. Porém, Iraci del Nero da Costa, pesquisando 1394 assentos de batismo de inocentes escravos, localizou médias de idade ainda menores às de Iguape e Casa Branca. Entre os anos de 1719-1768, a média de idade dos batizados era de 10,4 dias, enquanto no intervalo 1769-1818, a mesma era de 12,8 dias.¹⁰⁵

Mesmo considerando tais observações, a diferença de idade entre as crianças filhas de escravos batizadas em Pedras Brancas e nas duas mencionadas freguesias paulistas é abissal. Em que pesem as dificuldades de deslocamento ocasionadas pela imensa área geográfica de Pedras Brancas à época e pelas más condições das vias de transporte e circulação da região, a gigantesca defasagem temporal média entre o nascimento da criança escrava e seu batizado abre espaço para muitas conjecturas. Não esperaríamos os senhores que as crianças “vingassem” antes de serem batizados, com o intuito de não desperdiçar tempo e dinheiro?

Podemos imaginar a expectativa vivida pelos pais das crianças escravas, gerada pela demora, muitas vezes excessiva, do batismo de seus filhos, “com o qual passão do estado da culpa ao da graça”.¹⁰⁶ Entre a seleção dos padrinhos, o convite e a aceitação do mesmo e a concretização da aliança espiritual e material na pia batismal, decorria geralmente um longo tempo. Delonga que, provavelmente, ocasionava muito desconforto e até tensões no seio das famílias escravas e em suas relações com a classe

¹⁰⁵ Costa Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979, p.65. Apud Motta; Valentim, 2006, p.10.

¹⁰⁶ Vide, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit., p. 14.

dominante. Dada a importância religiosa e social do ato batismo e do compadrio que ele criava, poderia representar, na visão dos escravos, mais do que um direito divino, uma recompensa pelo bom comportamento e pelos bons serviços prestados no decorrer de suas vidas enquanto cativos. Em contrapartida, a demora em ver seus filhos perdoados pelo pecado original, significaria algum tipo de retaliação por atos de rebeldia ou de desmazelo.

Ademais, se o assento de batismo representava o registro oficial da posse do cativo nascido em seu plantel, aos senhores também não era interessante se alongar muito para realizar a cerimônia.

Por tudo isso, creio ser de muita importante o cálculo da idade dos inocentes escravos que recebiam o batismo, pois diz muito da relação senhor-escravo e de suas estratégias de dominação e resistência, bem como das expectativas alimentadas pelos escravos com relação a esse sacramento originário do mundo branco.

Teriam os cativos de Pedras Brancas menor capacidade de mobilização e organização com vistas a exigir de seus senhores o direito de batizar seus filhos, redimindo-os do pecado original e forjando redes sociais? Ou a instituição do compadrio não era tão valorizada ou compreendida em sua dimensão social pelos cativos que surgiram das páginas esmaecidas dos registros de batismo? São questões que, espero, possam ser respondidas em trabalhos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O batismo foi, sem sombra de dúvida, o sacramento mais valorizado do Brasil colonial e imperial, por todas as camadas sociais. Sua importância e amplitude persistem até os dias atuais. Certamente, os escravos que viviam na freguesia de Pedras Brancas perceberam os significados comportados pelo batismo e pelo compadrio que ele gerava, sobretudo a dimensão social de tal ato. Por isso, não mediram esforços para acessar tal sacramento e fazer uso das possibilidades que ele criava, na busca de uma existência mais digna e suportável sob o jugo do cativo. Acredito que a recorrência do nome Esperança entre os escravos retrate um pouco de suas expectativas. Forjar ou solidificar laços de amizade, garantir apoio e proteção, construir redes de sociabilidade, estes foram algumas das vantagens abertas pelo batismo dos escravos.

Tentei compreender de que forma os escravos de Pedras Brancas instrumentalizaram o batismo e alguns dos significados que atribuíram a ele em suas relações com os outros estratos sociais. Para isso, analisei certos aspectos surgidos da investigação dos registros de batismo de escravos da freguesia, comparando-os com aqueles encontrados em outros trabalhos e, na medida do possível, interpretando-os, à luz dos novos conhecimentos historiográficos acerca do tema.

No meio de um tema tão fértil quanto a organização familiar escrava, bem como o batismo de escravos, muitas outras possibilidades de análise foram abandonadas ou negligenciadas. Espero que muitas dessas questões possam ser reveladas em estudos futuros.

Mesmo assim, creio ter sido capaz de contribuir minimamente para a compreensão da realidade social dos escravos de Pedras Brancas. Ademais, tratei de uma localidade que ainda não havia sido contemplada por estudos que têm como objeto de análise a instituição da família escrava, sua diversidade e complexidade.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) – Livros de Batismo n^{os} 1 (1842-1852), 2 (1860-1867), 3 (1867-1873) e 4 (1873-1878) de Pedras Brancas.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) – Livro de Batismo de Escravos de Pedras Brancas (1860-1873).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rômulo. *Ampliando Estudos Sobre Famílias Escravas no Século XIX (Crianças Cativas em Minas Gerais: Legitimidade, Alforria e Estabilidade Familiar)*. Disponível em: http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch24n1_2/humanas24n1-2p10_113ampliandoestudosobre.pdf.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schetini de. *Ilegitimidade e Compadrio: O Estudo dos Nascimentos de Filhos de Mães Escravas, São Paulo do Muriaé, 1852-1888*. Caxambú: XV Encontro de Estudos Populacionais, 2006.

AVELLAR, William de Oliveira; Silva, Marilene Rosa Nogueira da. *A Formação da Família Escrava de Etnia Africana: Uma Forma de Resistência ao Sistema Escravista*. Rio de Janeiro: XII Encontro Regional de História, ANPUH, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Criando Porcos e Arando a Terra: Família e Compadrio Entre os Escravos de uma Economia de Abastecimento (São Luis do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840)*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007.

BLANCO, Márcio Munhoz. *A Senzala em Movimento: Notas Sobre os Primórdios da Família Escrava nos Campos de Viamão (1747-1758)*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma Análise do Apadrinhamento de Cativos em São João del Rei, 1730-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: 2004.

_____. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CORTEZ, Ana Sara R. P.; IRFFI, Guilherme. *Escravidão, Núcleos Familiares e Mestiçagem: Uma Análise do Cariri Cearense no Século XIX*. Disponível em:

<http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-b3c878c112b2367b0dd6c566dce85b2d.pdf>.

COSTA Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979, p.65. Apud Motta; Valentim, 2006.

CUNHA, Máisa Faleiros da. *Demografia e Família Escrava em Uma Vila Paulista, Século XIX*. Córdoba (ARG): III Congresso da Associação Latino-Americana de População, ALAP, 2008.

Documentos da Escravidão no RS: Inventários: O Escravo Deixado Como Herança (1763-1888). Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

ELIAS, Roger. *Famílias Escravas em Porto Alegre (1810-1835). Uma História de Suas Formações*. Porto Alegre: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.

ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

_____ ; SLENES, Robert. *Família Escrava e Trabalho*. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-4.pdf.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escrava e Tráfico Atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

_____. *Comércio Negreiro e Estratégias de Socialização Parental entre os Escravos do Agro-Fluminense., 1790-1830*. Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais. Caxambú: 2004.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Famílias e Mercado: Tipologias Parentais de Acordo ao Grau de Afastamento do Mercado de Cativos (Século XIX)*. Salvador: Revista Afro-Ásia, nº 24, 2000.

FRAGOSO, João Luis. *Efigênia Angola, Francisca Muniz Forra Parda, Seus Parceiros e Senhores: Freguesias Rurais do Rio de Janeiro, Século XVIII. Uma Contribuição Metodológica para a História Colonial*. Rio de Janeiro: Revista Topoi, vol. 11, n. 21, jul-dez 2012.

FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma Freguesia Escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. Caxambú: XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, 2004

Fundação de Economia e Estatística, FEE. *De Província de São Pedro a Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1950*. Porto Alegre, 1981

GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: O Mundo que os Escravos Criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, Tiago Luís; SIRTORI, Bruna. *A Geografia do Compadrio Cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito. Um Estudo Sobre a Escravidão no Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX*. Vitória: SEJC/SEE, 1993.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia no Século XVIII*, In: Reis, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUIMARÃES, Osir; Netto, Fernando. *Propriedade de Escravos e Relação de Compadrio: Castro e Guarapuava na Segunda Metade do Século XIX*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. *Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII*. Niterói PPG – História/UFF, Tese de Doutorado, 2006.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os Olhos de Deus: Estratégias Escravas, Arranjos Matrimoniais e Laços de Compadrio na Freguesia de Vitória – ES (1850-1871)*. Disponível em: http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2012/09/Rafaela_Lago.pdf.

LUNA, Francisco Vidal. *Observações Sobre Casamento de Escravos em Treze Localidades de São Paulo (1776, 1804 e 1829)*. São Paulo: Anais do Congresso Sobre História da População da América Latina, 1989.

MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades: Negros, Pardos e Brancos na Produção da Hierarquia Social do Brasil Escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____. *Compadrio de Escravos & Paternalismo. O Caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na Passagem do Século XVIII para o XIX*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007.

MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Caxias do Sul: Educs, 1984.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Tecer Redes, Proteger Relações: Portugueses e Africanos na Vivência do Compadrio (Minas Gerais, 1720-1750)*. Rio de Janeiro: Revista Topoi, v. 11, nº 20, 2010.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio; VALENTIM, Agnaldo. *A Estabilidade das Famílias em um Plantel de Escravos de Apiaí (SP)*. Salvador: Revista Afro-Ásia, nº 27, 2002.

_____. *De Ventres Livres Nascidos. Os Batismos de Ingênuos em Casa Branca e Iguape, Província de São Paulo (1871-1885)*. Caxambú: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-UFRGS, 1990.

_____. *Para Além das Charqueadas: Estudo do Padrão de Posse de Escravos no Rio Grande do Sul, Segunda Metade do Século XVIII*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007.

PAULA, Juliano Tiago Viana de. *Redes de Solidariedades Entre os Escravos da Freguesia de São Tomé das Letras (1841-1883)*. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=68>.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de Ventre Livre Nascesse: Experiências de Escravidão, Parentesco, Emancipação e Liberdade – Rio Pardo/RS (c.1860-1888)*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana Petiz. *Considerações Sobre a Família Escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007

RIOS, Ana Lugão. *Família e Transição (Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

ROCHA, Cristiany Miranda. *A Morte do Senhor e o Destino das Famílias Escravas nas Partilhas. Campinas, Século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 26, n° 52, 2006.

_____. *Histórias de Famílias Escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RODRIGUES, João Lucas. *Laços Familiares no Distrito de Bom Retiro (1831 a 1888)*. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=50>.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul, volume II*. Porto Alegre: EdiPucrs, 1998.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial., 1550-1835*. SP: Companhia das Letras, 1988.

SEGUNDO, Lindemberg. *Para Além do Cativo: Batismo, Compadrio e Casamento como Símbolos da Dinâmica Social entre Cativos e Livres na Freguesia de Limoeiro/Província do Ceará (1862-1872)*. São Luis: Revista Outros Tempos, vol. 5, nº 5, 2008.

SILVA, Denize Aparecida da. *Arranjos e Laços Familiares na Comunidade Escrava da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul (1845-1888)*. Porto Alegre: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005.

SILVA, Sidney Pereira da. *As Relações Sócio-Parentais Entre Escravos: O Batismo de Escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1885)*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2005.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. SP: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. *Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 8. No. 16.

_____. *Na Senzala, Uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: Alencastro, Luis F. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. "Instruído na Fé, Batizado em Pé": *Batismo de Africanos na Sé da Bahia na 1ª Metade do Século XVIII, 1734-1742*. Salvador: Revista Afro-Ásia, nº 39, 2010.

VAINFAS, Ronaldo et alli. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Verbete *sesmarias*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *A Madrinha Ausente: Condição Feminina no Rio de Janeiro, 1795-1811*. In: Costa, Iraci del Nero da. *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. *Compadrio e Rede Familiar Entre Forras de Vila Rica, 1713-1804*. Curitiba: Anais da V Jornada Setecentista, 2003.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. SP: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853.

WORM, Fernando. *Guaíba, Terra e Povo*. Guaíba: Prefeitura Municipal, 1974.

XAVIER, Paulo. *Correio do Povo*, 07/09/1978, *Suplemento Rural*, p.5. Arquivo de Jornais do Correio do Povo.

ZETTEL, Roberta França Vieira. *De Mútuo Consentimento: Os Significados da Relação Familiar Cativa Para Senhores e Escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865)*. Porto Alegre: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.